

**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG)
CAMPUS OURO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

LEONARDO JUNIO FERREIRA

**INVENTÁRIO PATRIMONIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Ouro Branco, Minas Gerais
Abril (2026)

LEONARDO JUNIO FERREIRA

**INVENTÁRIO PATRIMONIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Minas Gerais - campus Ouro Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof.^a Dr. Ângelo Magno de Jesus

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto: 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT

Ouro Branco, Minas Gerais

Abril (2026)

F383i Ferreira, Leonardo Junio.

Inventário patrimonial e sua contribuição para o desenvolvimento e a qualidade da educação profissional e tecnológica. / Leonardo Ferreira – 2026.

113 f. il. col.

Orientador: Ângelo Magno de Jesus.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2026.

1. Propriedade pública – Administração. 2. Inventários. 3. Ensino profissional. 4. Formação profissional. 5. Liberdade. 6. Comportamento humano – Formação. 7. Gestão da qualidade total na educação. I. Jesus, Ângelo Magno de. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. III. Título.

CDU: 371.6 (083.82)

Catálogo: César dos Santos Moreira - CRB-6/2235
Biblioteca do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* Sabará



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Branco
Diretoria de Ensino
Coordenação Curso Mestrado PROFEPT do Campus Ouro Branco
Avenida Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Minas Talco - CEP 36494-018 - Ouro Branco - MG
- www.ifmg.edu.br

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IFMG**

Realizou-se, no dia 13 (treze) de abril de 2026, com início às 13h (treze horas), por videoconferência e transmissão pelo canal do YouTube do ProfEPT/IFMG, a **defesa de dissertação** do Mestrando **LEONARDO JUNIO FERREIRA** no **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT - IFMG), como requisito para a obtenção do título de mestre. A dissertação apresentada para apreciação pela Banca Examinadora intitula-se "**INVENTÁRIO PATRIMONIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**". A **dissertação** foi considerada APROVADA.

O **produto educacional**, Guia interativo - Inventário Patrimonial: Orientações, Sentidos e Responsabilidades no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica" foi VALIDADO pela Banca Examinadora e considerado APROVADO.

A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros

Prof. Dr. Angelo Magno de Jesus (Orientador)
Prof. Dr. Luiz Maurílio Maciel (UFJF)
Prof. Dr. Cleiton Martins Duarte Silva (IFMG)
Prof. Dr. Pedro Xavier da Penha (IFMG)
Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva (Suplente - IFMG)

Certifico que a defesa realizou-se com a participação por videoconferência de todos os membros e que, depois das arguições e deliberações realizadas, cada participante da banca afirmou estar de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora, redigido nesta ata.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e assinada pelo orientador, será encaminhada à Coordenação do ProfEPT - IFMG para registro acadêmico na documentação do mestrando.

Ouro Branco, 13 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Magno Jesus, Professor**, em 27/04/2026, às 18:57, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2685954** e o código CRC **0A369295**.

*A minha mãe, exemplo de coragem,
trabalho e fé na educação.*

*A minha esposa, companheira de vida, pela
compreensão e pelo apoio, especialmente nos dias em
que o tempo foi escasso e as ausências necessárias.*

*Aos meus filhos, com o desejo sincero de ser para eles
exemplo, inspiração e motivo de orgulho.*

*A comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Minas Gerais — Campus Ribeirão das Neves
— que constrói, diariamente, uma educação pública comprometida
com a formação humana e com a responsabilidade social.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela perseverança ao longo desta caminhada.

Ao Prof. Dr. Ângelo Magno de Jesus, pela orientação e pelo acompanhamento no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Pedro Xavier da Penha, pelo apoio e pelo acompanhamento atento ao longo do curso, auxiliando-nos nas rotinas acadêmicas e sendo, para muitos de nós, uma presença paterna de cuidado e incentivo.

A minha turma de mestrado, pela união e solidariedade ao longo do percurso, pelo apoio mútuo e pelas experiências compartilhadas.

À Secretaria do Mestrado – Campus Ouro Branco, pelo suporte nas questões administrativas, pela organização, presteza e agilidade no atendimento ao longo de todo o curso.

Aos membros da banca examinadora, pela leitura atenta e pelas contribuições que fortalecem este trabalho.

Aos participantes da pesquisa, pela confiança e pela disposição em compartilhar suas experiências e reflexões, tornando possível a realização deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pela oportunidade de crescimento acadêmico e profissional.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse.

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena
Acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém:
Quem acredita sempre alcança.
(Renato Russo, 1987)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender como o processo de inventário patrimonial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) contribui para o desenvolvimento e a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Inserido em uma abordagem qualitativa e aplicada, o trabalho analisou lacunas, desafios e potencialidades do inventário na gestão dos bens permanentes, bem como sua relação com as condições materiais que sustentam as atividades educacionais. A investigação contemplou análise documental de caráter descritivo, envolvendo normativos institucionais, portarias, manuais técnicos e relatórios de inventário, além de entrevistas semiestruturadas com servidores envolvidos no processo. A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados evidenciaram que o inventário ultrapassa a dimensão administrativa, configurando-se como prática estratégica associada à produção de informações para o planejamento e a tomada de decisão. Verificou-se que sua efetividade está condicionada à consolidação institucional, à clareza na definição de papéis e ao fortalecimento da cultura de corresponsabilidade. Também foram identificadas limitações operacionais e assimetrias entre os campi, que influenciaram a consistência e a qualidade das informações produzidas no processo de inventário. Por outro lado, os achados indicam que, quando estruturado de forma contínua e articulada, o inventário contribui para a otimização do uso dos recursos públicos, a qualificação dos espaços pedagógicos e o fortalecimento das condições materiais do ensino. Destacou-se sua dimensão formativa, ao mobilizar atores institucionais e fomentar práticas alinhadas à ética pública e à transparência. Como desdobramento, desenvolveu-se um guia digital interativo de caráter formativo, voltado à sensibilização e à ampliação da compreensão sobre o inventário. O produto visou fortalecer a cultura institucional de corresponsabilidade e contribuir para uma gestão pública alinhada aos princípios da EPT, como a formação humana integral, a emancipação e a articulação entre ensino, trabalho, ciência e tecnologia.

Palavras-Chave: Gestão Patrimonial; Educação Profissional e Tecnológica; Inventário Patrimonial; Formação Humana Integral; Emancipação.

ABSTRACT

This study aimed to understand how the asset inventory process at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Minas Gerais (IFMG) contributes to the development and quality of Professional and Technological Education (EPT). Grounded in a qualitative and applied approach, the research analyzed gaps, challenges, and potentialities of the inventory process in the management of permanent assets, as well as its relationship with the material conditions that support educational activities. The investigation included descriptive documentary analysis of institutional regulations, ordinances, technical manuals, and inventory reports, as well as semi-structured interviews with staff involved in the process. Data analysis was conducted using Bardin's Content Analysis technique. The results showed that the inventory process goes beyond its administrative dimension, configuring itself as a strategic practice associated with the production of information for planning and decision-making. Its effectiveness was found to depend on institutional consolidation, clarity in the definition of roles, and the strengthening of a culture of shared responsibility. Operational limitations and asymmetries among campuses were also identified, influencing the consistency and quality of the information produced during the inventory process. On the other hand, the findings indicate that, when structured in a continuous and articulated manner, the inventory contributes to the optimization of public resource use, the qualification of pedagogical spaces, and the strengthening of the material conditions of teaching. Its formative dimension was highlighted, as it mobilizes institutional actors and fosters practices aligned with public ethics and transparency. As an outcome, an interactive digital guide with a formative purpose was developed, aimed at raising awareness and expanding understanding of the inventory process. The product sought to strengthen an institutional culture of shared responsibility and contribute to public management aligned with the principles of EPT, such as integral human development, emancipation, and the articulation between education, work, science, and technology.

Keywords: Asset Management; Professional and Technological Education; Asset Inventory; Integral Human Formation; Emancipation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Produto Educacional – Guia Digital Interativo

Figura 2 – Estrutura e organização das seções do guia digital

Figura 3 – Objetivo do guia digital interativo

Figura 4 – Recursos didáticos e interativos do guia

Figura 5 – Links para compreensão e aprofundamento

Figura 6 – Clareza e compreensão do produto educacional

Figura 7 – Relevância do conteúdo para o contexto institucional

Figura 8 – Articulação entre inventário patrimonial e EPT

Figura 9 – Organização das seções e navegabilidade do guia

Figura 10 – Contribuição do guia para a prática institucional

Figura 11 – Adequação da linguagem do produto educacional

Figura 12 – Utilização do guia em ações formativas e orientações institucionais

Figura 13 – Contribuição do guia para a cultura de cuidado com o patrimônio público

Figura 14 – Potencial de replicação do produto educacional

Figura 15 – Nuvem de palavras com os termos que melhor definem o produto educacional segundo os participantes

Figura 16 – Recomendação do produto educacional pelos participantes

Figura 17 – Avaliação geral do produto educacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Quadro 2 – Síntese da Metodologia

Quadro 3 – Documentos institucionais utilizados na pesquisa

Quadro 4 – Articulação entre a base normativa e a prática institucional do inventário no IFMG

Quadro 5 – Síntese dos principais pontos fortes e limitações do produto educacional segundo os participantes

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- DAP – Diretor de Administração e Planejamento
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
- IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
- IFs – Institutos Federais
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
- PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
- SCEAP – Sistema de Controle de Estoque, Almoxarifado e Patrimônio
- SEI – Sistema Eletrônico de Informações
- SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
- SPAI – Setor de Patrimônio e Almoxarifado Institucional
- SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa e Contexto Institucional.....	14
1.2 Objetivos da Pesquisa	14
1.3 Justificativa, Relevância e Metodologia	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Fundamentos e Historicidade	17
2.2 A Organização e Gestão de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica	22
2.3 Princípios e Estrutura da Administração Pública	25
2.4 A Gestão Patrimonial Pública e o Inventário Patrimonial no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica	29
2.4.1 Fundamentos e Conceitos da Gestão Patrimonial Pública	31
2.4.2 O Inventário Patrimonial no IFMG: Procedimentos, Atores e Dimensão Formativa	34
2.4.3 Ferramentas e Estratégias de Gestão Patrimonial: Eficiência, Transparência e Aprendizagem Institucional	37
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 Critérios Éticos.....	40
3.2 Lócus da Pesquisa	41
3.3 Participantes e Critérios de Seleção	42
3.4 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados.....	43
3.5 Construção do Roteiro de Entrevista	46
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	48
4.1 Análise Documental de Caráter Descritivo da Gestão Patrimonial	48
4.2 Análise das Entrevistas Semiestruturadas.....	50
4.2.1 Estruturação Institucional da Gestão Patrimonial.....	51
4.2.2 Responsabilidades, Governança e Corresponsabilidade Institucional.....	53
4.2.3 Limitações Operacionais e Desigualdades Institucionais.....	55
4.2.4 Inventário patrimonial como Informação Estratégica para Planejamento e Tomada Decisão	56
4.2.5 Dimensão Formativa, Pedagógica e Cultural da Gestão Patrimonial.....	58
4.2.6 Produto Educacional como Estratégia de Mediação, Orientação e Apoio Institucional	59
4.3 Síntese Interpretativa das categorias	60
4.4 Base Normativa x Prática Institucional do Inventário Patrimonial	61
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	64
5.1 Concepção do Produto Educacional.....	65
5.2 Objetivos do Produto Educacional	69
5.3 Metodologia de Construção do Produto.....	70
5.4 Estrutura e Organização do Produto	72
5.5 Validação e Análise da Aplicação do Produto Educacional.....	74
5.5.1 Avaliação do Conteúdo e Estrutura.....	74
5.5.2 Aplicabilidade e Impacto	80
5.5.3 Avaliação Qualitativa.....	83
5.5.4 Avaliação Geral	88

5.6 Aperfeiçoamentos do Produto Educacional	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	101
APÊNDICE B – DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS (LINK DE ACESSO)	105
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	106
APÊNDICE D – PRODUTO EDUCACIONAL (LINK DE ACESSO).....	108
APÊNDICE E – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	109
APÊNDICE F – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS (LINK DE ACESSO).....	113

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente a partir da criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008, tem assumido papel estratégico ao propor uma formação que integra ensino médio, qualificação profissional e desenvolvimento humano. Instituídos com a missão de oferecer uma educação omnilateral, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) assumem a responsabilidade de garantir o acesso, a permanência e a qualidade da formação técnica e humana, sobretudo em territórios marcados por desigualdades históricas. Essa proposta educativa, conforme destaca Pacheco (2009), articula trabalho, ciência e tecnologia como pilares de uma educação transformadora e emancipadora.

Nesse contexto, a gestão patrimonial assume papel relevante no âmbito institucional, pois contribui para a organização dos espaços pedagógicos, o acesso aos recursos educacionais e o apoio ao processo formativo. Constitui-se como elemento de suporte ao projeto educativo, assegurando que os bens e estruturas físicas estejam disponíveis e em condições adequadas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

A ausência de práticas consolidadas de controle e inventário de bens pode comprometer o uso pedagógico dos espaços, dificultar a manutenção de equipamentos e gerar desperdícios — aspectos que impactam diretamente a qualidade da experiência formativa dos estudantes. Como destaca Frigotto (2010), as condições materiais não são elementos secundários, mas estruturantes do processo educativo, influenciando diretamente a qualidade da formação.

Em um cenário de restrições orçamentárias e de crescente demanda por qualidade social na educação pública, torna-se fundamental compreender a gestão patrimonial como elemento estratégico na concretização dos princípios da EPT, na medida em que a organização das condições materiais de ensino se articula ao projeto educativo institucional e à efetivação de uma formação humana integral (SAVIANI, 2008).

Matias (2015, p. 59) reforça que “não se trata apenas de conhecer o que se possui, mas de integrar essa informação ao processo decisório, otimizando o uso dos bens públicos com vistas ao interesse coletivo”. A gestão patrimonial, portanto, transcende a dimensão contábil e consolida-se como prática de gestão estruturante e formativa.

1.1 Problema de Pesquisa e Contexto Institucional

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), observam-se desafios relacionados à sistematização dos processos patrimoniais, à padronização dos inventários e à formação das equipes responsáveis. Nesse contexto, é possível identificar fragilidades associadas à ausência de um instrumento que assegure o conhecimento mínimo sobre o inventário, bem como à baixa priorização dessa atividade no cotidiano institucional e à sua recorrente percepção como uma ação pontual, frequentemente desvinculada das demais atividades administrativas e acadêmicas.

Esses aspectos indicam que as dificuldades não se restringem à dimensão técnica ou operacional, mas envolvem também fatores organizacionais e culturais que influenciam a forma como o inventário é compreendido e executado na instituição. Nesse sentido, tais fragilidades podem contribuir para a ocorrência de inconsistências nos registros, dificuldades no acompanhamento dos bens e limitações na utilização das informações patrimoniais para fins de planejamento e tomada de decisão. Além disso, ao ser tratado como uma atividade isolada, o inventário tende a perder sua potencialidade como elemento articulador das condições materiais de ensino.

Como observa Santos (2016), a gestão patrimonial deve ser compreendida como um conjunto articulado de ações voltadas à organização, ao monitoramento e ao controle dos recursos públicos. Para Barbosa (2015), o aperfeiçoamento da administração pública depende de práticas transparentes e bem estruturadas de gestão patrimonial, capazes de garantir maior alinhamento com os objetivos institucionais.

Nesse sentido, as fragilidades identificadas evidenciam a necessidade de compreender o inventário patrimonial para além de sua dimensão técnica, considerando seu papel na organização institucional e no suporte às atividades educacionais. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão norteadora da pesquisa: como o processo de inventário patrimonial no IFMG pode contribuir para o desenvolvimento e a qualidade da EPT?

1.2 Objetivos da Pesquisa

Com base no problema apresentado, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender de que forma o processo de inventário patrimonial no IFMG pode

contribuir para o desenvolvimento e a qualidade da EPT.

Como objetivos específicos, buscou-se: a) analisar o processo de inventário patrimonial adotado na unidade, com base nos normativos e documentos institucionais; b) identificar os principais entraves e dificuldades observados na prática da gestão patrimonial local; c) desenvolver um guia digital interativo voltado à capacitação de servidores e à conscientização da comunidade acadêmica sobre o controle, o uso e a conservação dos bens públicos; e d) validar o produto educacional junto aos participantes, considerando sua aplicabilidade e potencial formativo no contexto institucional.

1.3 Justificativa, Relevância e Metodologia

A motivação para esta pesquisa está relacionada à minha trajetória pessoal e profissional no serviço público. Crescido na cidade de Ribeirão das Neves, vivenciei limitações estruturais e sociais do território, o que reforçou a crença na educação como instrumento de emancipação e transformação. Esses valores orientam meu compromisso com a construção de uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

Bacharel em Administração e especialista em Gestão Pública, atuo no IFMG desde 2013, passando por áreas como Planejamento, Licitações, Gestão de Pessoas e Patrimônio. O exercício dos cargos de Diretor de Administração e Planejamento no Campus Ribeirão das Neves e, posteriormente, de Diretor de Administração e Infraestrutura na Reitoria, ampliou a compreensão sobre os desafios institucionais. Atualmente, como responsável pela gestão patrimonial e pela manutenção do campus, vivencio as potencialidades e fragilidades desse processo.

Com o intuito de fundamentar o estudo e mapear produções relacionadas ao tema, foi realizado levantamento exploratório nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Repositório Institucional do IFMG, com os descritores “gestão patrimonial”, “educação profissional e tecnológica” e “inventário patrimonial”. O mapeamento revelou poucos trabalhos que tratam especificamente do inventário como componente estruturante da gestão pública educacional, reforçando o caráter singular desta proposta.

No Repositório do IFMG, destacam-se os estudos de Pereira (2023), que abordam a gestão do patrimônio escolar sob uma perspectiva global, e de Lana (2025), que analisa o desfazimento de bens móveis e eletrônicos na instituição. Na base da CAPES, Bentes (2020) discute o patrimonialismo como cultura institucional, sem aprofundar o inventário como instrumento formativo e administrativo. Essa lacuna evidencia a pertinência científica da pesquisa e a necessidade de aprofundamento teórico e empírico sobre o tema.

A pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e aplicação prática no campo da gestão educacional. Foram adotados procedimentos como análise documental de caráter descritivo de normativos e relatórios, além de entrevistas semiestruturadas com servidores envolvidos direta ou indiretamente no processo de inventário. Os dados foram analisados segundo a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), possibilitando a identificação de categorias temáticas e a interpretação sistemática das práticas institucionais.

Como produto educacional, foi desenvolvido um guia digital interativo destinado à formação de servidores e à sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da sistematização e do uso responsável dos bens públicos. Alinhado aos princípios da EPT, o produto visa integrar teoria e prática, fortalecendo a cultura institucional de corresponsabilidade patrimonial e de transparência na gestão pública.

O estudo está vinculado à Linha de Pesquisa “Organização e Memória de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” e ao macroprojeto “Gestão Educacional e Processos Formativos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Nesse contexto, compreender a gestão patrimonial como parte integrante do projeto educativo das instituições federais exige reconhecer os tensionamentos entre a racionalidade gerencial do Estado e os princípios emancipatórios da formação humana integral.

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, incluindo esta introdução. O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico; o Capítulo 3 descreve a metodologia; o Capítulo 4 analisa os resultados; o Capítulo 5 apresenta o produto educacional; e o Capítulo 6 expõe as considerações finais e desdobramentos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico que sustenta a investigação sobre a Gestão Patrimonial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), articulando os conceitos, fundamentos e pressupostos que orientam a análise crítica da problemática estudada. O referencial teórico tem como função central situar academicamente o objeto de estudo, estabelecendo diálogos com autores relevantes da área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), da administração pública e da gestão patrimonial.

Reconhecida como uma dimensão estratégica da gestão institucional, a Gestão Patrimonial é abordada nesta pesquisa como um elemento indissociável da infraestrutura educacional, com potencial para qualificar os processos de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, são mobilizados autores que discutem os fundamentos da EPT, os princípios que orientam a administração pública, a organização dos espaços pedagógicos e os aspectos técnicos e legais do inventário patrimonial.

2.1 A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Fundamentos e Historicidade

Esta seção aborda os fundamentos e a trajetória histórica da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil, com ênfase nos marcos legais, nos princípios formativos e nos aspectos político-ideológicos que moldaram sua evolução até a criação dos Institutos Federais. Busca-se contextualizar a EPT como política pública de caráter estratégico e socialmente referenciada, comprometida com a formação humana integral, omnilateral e emancipadora.

Desde o período colonial, a educação profissional esteve presente no território brasileiro, ainda que de forma incipiente e subordinada a outros interesses. Os jesuítas, por exemplo, atuavam como mestres de ofício, ensinando tecelagem, carpintaria, ferraria e sapataria, conforme destaca Fonseca (1986). O objetivo maior, contudo, era a catequização dos indígenas e a imposição da cultura europeia, mais do que a formação profissional propriamente dita.

A trajetória da EPT reflete as contradições entre projetos societários distintos: de um

lado, a formação instrumental voltada à mão de obra e, de outro, a formação humana integral como horizonte emancipador (CIAVATTA, 2012; MOURA, 2016). Ao longo do século XX, as transformações econômicas e políticas moldaram o papel da EPT como política pública estratégica, voltada à democratização do conhecimento e ao desenvolvimento nacional. Nesse percurso, a criação dos Institutos Federais, instituídos pela Lei nº 11.892/2008, consolida uma proposta formativa que articula trabalho, ciência e tecnologia sob uma perspectiva crítica e socialmente referenciada.

No início do século XX, com a consolidação do regime republicano, intensificou-se o debate sobre a necessidade de escolas voltadas à formação profissional da juventude desfavorecida. Segundo Nascimento e Santos (2022), a discussão a respeito da criação de escolas voltadas para o ensino profissional de jovens desafortunados ganha força no início do século XX, quando o regime republicano já estava mais consolidado no Brasil, após uma série de disputas envolvendo o governo federal e os governos locais, sob o comando de grupos oligárquicos.

Esse movimento culminou na criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566/1909, marco inaugural da educação profissional institucionalizada no Brasil. Saviani (2008) destaca que essas escolas visavam atender, com a oferta de ensino profissional primário gratuito, preferencialmente, os desfavorecidos da fortuna que possuíam de 10 a 13 anos de idade.

Nas décadas seguintes, a educação profissional passou por diversas reformulações. As Escolas de Aprendizizes Artífices tornaram-se Escolas Técnicas Federais e, mais tarde, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), culminando com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituídos pela Lei nº 11.892, de 2008 (BRASIL, 2008).

Conforme sintetizado no Quadro 1, observa-se que a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil revela um processo contínuo de expansão institucional e de consolidação de políticas públicas voltadas à integração entre trabalho, ciência e tecnologia.

Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Período / Ano	Marco Histórico / Evento	Relevância para a EPT
Século XVI – XVIII	Ações educativas dos jesuítas	Início da educação profissional vinculada à catequese e ao ensino de ofícios manuais (tecelagem, carpintaria, ferraria) — caráter assistencial e religioso (Fonseca, 1986).
1809	Criação do Colégio das Fábricas (Rio de Janeiro)	Primeira iniciativa oficial do Estado voltada à formação de artífices e aprendizes — marco da intervenção estatal na educação profissional.
1909	Decreto nº 7.566/1909 – Escolas de Aprendizes Artífices	Institucionalização da educação profissional pública, voltada aos “desfavorecidos da fortuna” (Saviani, 2008).
1942–1946	Reformas Capanema e Criação das Escolas Técnicas Federais	Consolidação da EPT no contexto industrial; vinculação à formação técnica e à mão de obra qualificada.
1978–1990	Transformação das Escolas Técnicas em CEFETs	Ampliação do escopo institucional e incorporação de ensino superior tecnológico; fortalecimento da pesquisa aplicada.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996)	Marco legal da educação contemporânea; reafirma o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral.
2004	Criação do PROEP e expansão da Rede Federal de EPT	Modernização e ampliação da infraestrutura; integração regional e articulação com políticas de desenvolvimento.
2008	Lei nº 11.892/2008 – Criação dos Institutos Federais (IFs)	Marco da reestruturação da Rede Federal; integração entre ensino, pesquisa e extensão, sob princípios de omnilateralidade e emancipação.
2012 em diante	Diretrizes Curriculares Nacionais da EPT e consolidação dos IFs	Definição do caráter formativo da EPT como política pública de inclusão, cidadania e transformação social (Ramos, 2008; Frigotto, 2006).

Fonte: Autoria própria, com base em Fonseca (1986), Saviani (2008), Ramos (2008), Frigotto (2006), Pacheco (2009) e Moura (2016).

Observa-se que a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil revela um movimento histórico de ampliação de suas finalidades, passando de um caráter assistencial e disciplinador para uma perspectiva formativa e emancipadora, alinhada às políticas públicas contemporâneas.

A partir dessa trajetória, observa-se que a EPT foi gradualmente assumindo centralidade nas políticas públicas educacionais, articulando formação técnica, científica e humana. Os Institutos Federais representam, assim, um novo paradigma para a educação profissional pública no Brasil, integrando ensino, pesquisa e extensão em instituições multicurriculares e multicampi, com inserção territorial e compromisso com o desenvolvimento regional. Pacheco (2009) afirma que “a missão institucional dos IFs se fundamenta na articulação entre trabalho, ciência e tecnologia como pilares de uma educação omnilateral, emancipadora e voltada à cidadania plena”.

Nos últimos anos, as políticas de flexibilização curricular e de formação por competências vêm tensionando os princípios da EPT, deslocando o foco da formação integral para demandas de mercado (MOURA, 2021; FRIGOTTO; RAMOS, 2022). Essa contradição evidencia a necessidade de reafirmar o papel da EPT como política pública emancipatória, e não apenas como mecanismo de inserção produtiva.

Os princípios da formação humana integral, da omnilateralidade e da politecnicidade orientam a proposta pedagógica da EPT, constituindo bases teóricas essenciais para a compreensão da educação como prática social transformadora. A consolidação da EPT no ordenamento jurídico brasileiro ocorre com a promulgação da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da EPT, que reafirmam o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral como finalidade. A partir desses referenciais, a EPT assume caráter omnilateral, orientado à emancipação dos sujeitos e à democratização do saber (SAVIANI, 2008; RAMOS, 2008; FRIGOTTO, 2006).

Nessa perspectiva, Ramos (2008) destaca que a formação integral está vinculada a um projeto educativo comprometido com a superação das desigualdades sociais e com a construção da cidadania plena. A formação omnilateral propõe a superação da

cisão entre o saber técnico e o saber científico, entre o trabalho manual e o intelectual, promovendo o desenvolvimento pleno do sujeito. Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a formação omnilateral diz respeito ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas — intelectuais, físicas, afetivas e sociais — articuladas ao mundo do trabalho e às relações sociais de produção. Essa concepção coloca o trabalhador como sujeito histórico capaz de compreender e transformar a realidade.

A politecnia, também princípio estruturante da EPT, busca articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia de forma integrada. Frigotto (2006, p. 31) esclarece que “a politecnia significa a superação da visão utilitarista e fragmentada do conhecimento, propondo a articulação entre os diferentes saberes, com vistas à formação de sujeitos capazes de compreender e transformar o mundo do trabalho”. Essa concepção rejeita a formação tecnicista e defende um ensino que promova a emancipação intelectual e política, articulado às necessidades sociais concretas e ao projeto de desenvolvimento nacional.

Essa concepção recusa a formação meramente tecnicista e defende um ensino que promova a emancipação intelectual e política dos estudantes, articulado às necessidades sociais concretas e ao projeto de desenvolvimento nacional. Dessa forma, os Institutos Federais devem promover uma formação que integre diferentes saberes e práticas, superando a lógica instrumental e produtivista.

As reflexões de Frigotto, Ramos e Saviani convergem ao afirmar que a educação, ao articular trabalho, ciência e cultura, deve promover a emancipação intelectual e política dos sujeitos, superando a fragmentação entre saber técnico e saber científico. Essa integração constitui o núcleo teórico da EPT como prática social transformadora.

Com a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, inaugura-se um novo paradigma para a EPT, centrado na formação humana integral e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Contudo, o cenário contemporâneo revela desafios significativos: reformas educacionais como o Novo Ensino Médio e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EPT (Resolução CNE/CEB nº 1/2021) introduzem concepções de

flexibilidade e formação por competências que, embora apresentadas sob o discurso da modernização, frequentemente reforçam a fragmentação curricular e a adaptação da formação às demandas de mercado.

Para Manfredi (2020), a EPT deve reafirmar o trabalho como princípio educativo e não como simples preparação para o emprego. Machado (2021) adverte que as DCNs recentes reforçam a lógica das competências, fragmentando o conhecimento e subordinando a escola ao mercado. Nesse sentido, Ramos e Frigotto (2022) e Moura (2021) denunciam o deslocamento da formação integral para uma perspectiva utilitarista da educação.

Nos últimos anos, as políticas de flexibilização curricular e de formação por competências vêm tensionando os princípios da EPT, deslocando o foco da formação integral para demandas de mercado (MOURA, 2021; RAMOS; FRIGOTTO, 2022). Essa contradição evidencia a necessidade de reafirmar o papel da EPT como política pública emancipatória, e não apenas como mecanismo de inserção produtiva.

2.2 A Organização e Gestão de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme estruturada pela Lei nº 11.892/2008, requer, para sua efetivação, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, aliada a uma infraestrutura capaz de sustentar os processos formativos voltados à emancipação e à formação omnilateral. Nesse sentido, os espaços pedagógicos nas instituições da Rede Federal, especialmente nos Institutos Federais, assumem papel estratégico na concretização do projeto educativo institucional.

A concepção dos ambientes de aprendizagem ultrapassa as salas de aula convencionais, abrangendo laboratórios, bibliotecas, oficinas, salas temáticas, núcleos de acessibilidade, áreas externas e espaços de convivência. Esses ambientes devem ser organizados de modo a favorecer práticas pedagógicas interdisciplinares, a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento crítico e criativo dos estudantes.

Os espaços pedagógicos, na EPT, configuram-se como mediação entre a

materialidade da escola e seu projeto educativo. Arroyo (2011) observa que o espaço escolar é também lugar de produção de identidades e memórias, expressando a intencionalidade formativa das instituições. Por conseguinte, Castaman e Rodrigues (2023) reforçam que a infraestrutura é componente estruturante do currículo, pois condiciona as possibilidades concretas de ensino, pesquisa e extensão. Assim, Pacheco (2018) explica que a disponibilização desses ambientes fortalece os processos de ensino:

Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos” (PACHECO, 2018, p. 18).

A infraestrutura, portanto, não se limita à condição material, mas constitui mediação concreta do processo educativo. Castaman e Rodrigues (2023) argumentam que a infraestrutura escolar integra o projeto pedagógico institucional, influenciando diretamente o planejamento curricular, as metodologias e as práticas formativas nos diversos níveis e modalidades da EPT.

Conforme Saviani (2003) e Ciavatta (2012), as condições materiais do trabalho educativo — infraestrutura, equipamentos, espaços e recursos — são dimensões constitutivas do currículo. Assim, a organização e a gestão dos espaços pedagógicos não são aspectos meramente logísticos, mas elementos que expressam o projeto político-pedagógico e possibilitam a efetivação da formação humana integral.

Nos Institutos Federais, a diversidade de ambientes — laboratórios, bibliotecas, oficinas, núcleos de acessibilidade, auditórios, salas de inovação, ginásios, entre outros — expressa o compromisso com uma educação pública de qualidade, articulada às realidades locais e regionais. Contudo, para que esses espaços cumpram sua função pedagógica, é fundamental que sejam planejados, mantidos e atualizados com intencionalidade educativa.

A gestão dos espaços pedagógicos na EPT está intrinsecamente relacionada à concepção de currículo integrado. Ramos (2008) e Frigotto (2017) afirmam que o

espaço escolar é uma mediação entre o conhecimento científico e a prática social, constituindo-se como *locus* privilegiado da práxis educativa. Dessa forma, o modo como se organiza e se mantém o patrimônio escolar reflete a intencionalidade educativa da instituição e a visão de mundo que orienta seu projeto formativo.

A efetividade dos espaços pedagógicos requer, ainda, que sejam inclusivos e acessíveis. Mantoan (2015) e Sasaki (2006) enfatizam que a infraestrutura inclusiva não é apenas requisito técnico, mas princípio ético e pedagógico que assegura o direito à educação e concretiza a formação humana integral preconizada pela EPT.

A gestão patrimonial, por sua vez, deve dialogar com as políticas públicas de educação e com o planejamento institucional, assegurando condições materiais adequadas à realização dos princípios da EPT. Dourado (2013) observa que a gestão democrática implica corresponsabilidade entre os sujeitos institucionais e transparência na aplicação dos recursos públicos, incluindo a administração dos bens e espaços pedagógicos.

Não se trata, portanto, apenas de possuir infraestrutura física, mas de garantir sua funcionalidade, acessibilidade e disponibilidade. O acesso restrito ou a indisponibilidade de recursos prejudica as práticas pedagógicas orientadas pelos preceitos da EPT. Saviani (2003) destaca que é necessário superar a separação entre meios e fins no processo educativo, reconhecendo que a estrutura material da escola, quando planejada de forma consciente, contribui para a materialização de práticas pedagógicas emancipadoras.

Por tanto, a gestão dos espaços pedagógicos — e, por extensão, dos bens públicos que os compõem — deve estar integrada ao planejamento institucional, orientada por critérios pedagógicos, técnicos e administrativos. Pacheco (2009) salienta que os ambientes de aprendizagem precisam ser acessíveis, funcionais e contextualizados às finalidades formativas da EPT.

Ao eleger o inventário patrimonial como foco desta pesquisa, parte-se do entendimento de que a gestão patrimonial, ao organizar os bens, otimizar o uso dos recursos e subsidiar o planejamento institucional, conecta-se diretamente à qualidade da formação oferecida. Trata-se de um elemento que articula o projeto pedagógico às

condições materiais que o sustentam, em sintonia com os princípios da educação como prática transformadora e socialmente referenciada.

A discussão sobre a organização e gestão dos espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) evidencia que a infraestrutura, os ambientes de aprendizagem e os bens institucionais constituem dimensões indissociáveis da prática educativa. Entretanto, para que esses elementos cumpram efetivamente sua função social e pedagógica, é indispensável que estejam amparados por uma gestão pública orientada por princípios éticos, legais e administrativos sólidos.

Entretanto, a precarização de estruturas, a descontinuidade de investimentos e a carência de políticas de manutenção comprometem a efetividade dos princípios formativos da EPT. Como aponta Dourado (2021), a democratização da educação profissional passa necessariamente pela democratização das condições materiais de ensino — o que inclui infraestrutura adequada, espaços seguros e bens públicos em bom estado de conservação.

Assim, a gestão patrimonial, ao se fundamentar nos princípios constitucionais da administração pública, amplia a compreensão de que a materialidade da escola e o aparato institucional não são meros suportes técnicos, mas expressões concretas do compromisso do Estado com a qualidade social da educação. Essa relação consolida o elo teórico e prático entre a infraestrutura escolar e a governança pública, preparando o terreno para a análise dos princípios que regem a administração pública e sua aplicação à realidade da EPT, conforme veremos na seção a seguir.

Nesse contexto, a gestão patrimonial ganha centralidade como política educacional e formativa. Ao promover o uso consciente e responsável dos bens públicos, contribui para o fortalecimento da cultura institucional de corresponsabilidade e cidadania. O guia digital interativo proposto nesta pesquisa insere-se nessa perspectiva, buscando subsidiar práticas formativas que articulem gestão, pedagogia e ética pública.

2.3 Princípios e Estrutura da Administração Pública

A administração pública constitui o conjunto de princípios, estruturas e práticas por meio das quais o Estado executa suas políticas e assegura o interesse coletivo. No

campo educacional, especialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT), esses princípios assumem papel formativo, orientando a gestão democrática, a transparência e a ética no uso dos recursos públicos. Assim, compreender os fundamentos da administração pública é fundamental para analisar como a gestão patrimonial pode contribuir para a materialização dos objetivos da EPT e para a consolidação de uma cultura institucional baseada na corresponsabilidade e na cidadania.

Na gestão educacional dos Institutos Federais, esses princípios ganham materialidade nos processos de planejamento e controle patrimonial. A legalidade garante que o inventário siga normas e portarias; a moralidade e a impessoalidade asseguram o uso ético e equitativo dos bens; e a publicidade viabiliza o controle social e a transparência administrativa, pilares da boa governança institucional (MATIAS, 2021). Esses fundamentos, portanto, extrapolam o campo jurídico e se manifestam cotidianamente na gestão educacional, dando concretude à política pública e orientando o funcionamento institucional.

Tais princípios não se restringem a uma normatividade abstrata, mas orientam e legitimam todas as ações administrativas. No caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, esses fundamentos são concretizados na formulação, execução e avaliação das políticas públicas. Desse modo, sua incidência estende-se do planejamento institucional à gestão cotidiana dos recursos, assegurando que os serviços educacionais se baseiam em critérios de legalidade, transparência, equidade e racionalidade administrativa.

O princípio da legalidade determina que toda a atuação da administração pública deve estar estritamente subordinada à lei. Conforme Di Pietro (2019), diferentemente dos particulares, que podem agir em tudo o que a lei não proíbe, a administração somente pode agir quando autorizada por norma legal. No contexto da gestão patrimonial, isso implica que procedimentos como o inventário, a movimentação e o controle de bens observem rigorosamente as portarias internas e a legislação federal, garantindo legitimidade e segurança jurídica às ações institucionais.

O princípio da impessoalidade assegura que a atuação administrativa seja guiada pelo interesse público, e não por interesses particulares. Carvalho Filho (2015) esclarece que o administrador deve agir como a própria administração, de modo neutro e objetivo. Assim, a gestão dos recursos institucionais, inclusive os patrimoniais, deve ser conduzida com equidade, sem favorecimentos e voltada exclusivamente às finalidades públicas da instituição.

A moralidade administrativa, de natureza ético-jurídica, exige da administração não apenas legalidade formal, mas também conduta compatível com padrões éticos. Paludo (2013) ressalta que a moralidade impõe aos agentes públicos o respeito à ética, à boa-fé e à honestidade, constituindo pressuposto de validade dos atos administrativos. Aplicada à gestão patrimonial, exige o uso honesto e transparente dos bens públicos, prevenindo desperdícios e irregularidades e fortalecendo a dimensão ética da EPT.

A publicidade, por sua vez, está vinculada à transparência e ao controle social das ações governamentais. Para Matias-Pereira (2010), ela é essencial para assegurar o direito à informação e promover a *accountability*, legitimando as ações do Estado perante a sociedade. No âmbito da gestão patrimonial, a divulgação dos processos de inventário e destinação de bens amplia o controle institucional e social, fortalecendo a confiança pública e a cultura da transparência.

O princípio da eficiência, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, estabelece a necessidade de que a administração pública alcance resultados com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis (MEIRELLES, 2016). No contexto da EPT, esse princípio ganha significado ampliado: não se trata apenas de eficiência operacional, mas de eficiência social, ou seja, da capacidade de o Estado oferecer educação pública de qualidade, com uso racional, transparente e ético do patrimônio coletivo. Conforme Matias-Pereira (2021), a eficiência na gestão educacional deve ser entendida como compromisso com o bem comum e com a aprendizagem, e não apenas como desempenho administrativo.

Essa perspectiva é reforçada por Anjos e Anjos (2016):

“Eficiência é uma diretriz consagrada antes da própria Constituição de 1988 e pela mesma foi recepcionada e ampliada também antes da Emenda

Constitucional nº 19 no sentido de que a máquina administrativa seja dinâmica e ágil como contraponto à inerente burocracia existente em toda estrutura administrativa [...] através de uma atividade planejada e coordenada em que se busque sempre a qualificação do serviço público” (ANJOS; ANJOS, 2016, p. 60).

Di Pietro (2019) acrescenta que este princípio deve incluir justiça, racionalidade e qualidade nos resultados e defende que a eficiência não se limita à relação custo-benefício, mas deve ser compreendida como a capacidade de a Administração atingir seus fins com racionalidade, justiça e qualidade. Para Carvalho Filho (2015), trata-se de um princípio que exige resultados concretos e socialmente relevantes da atuação estatal.

Essa concepção ganha relevância especial no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, onde a eficiência deve ser interpretada sob uma ótica ampliada, não meramente instrumental. Nesse contexto, a eficiência deve considerar o valor pedagógico e social das ações públicas, e não apenas critérios quantitativos. É nesse sentido que se busca alinhar a gestão patrimonial às finalidades educativas, promovendo a melhoria dos processos de ensino, pesquisa e extensão a partir do uso consciente e planejado dos recursos públicos.

O inventário patrimonial, nesse cenário, assume papel estratégico. Ao garantir um panorama preciso e atualizado dos bens institucionais, permite o planejamento e a alocação eficiente dos recursos, contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura educacional. Como bem observa Schmitt (2003), o princípio da eficiência impõe à Administração o dever de adotar instrumentos de gestão que garantam resultados efetivos. Portanto, o inventário não é um mero procedimento burocrático, mas uma prática que contribui diretamente para a qualificação da oferta educacional.

Apesar de a legislação estabelecer princípios sólidos, sua efetivação enfrenta desafios estruturais, como a burocratização dos processos e as restrições orçamentárias que incidem sobre as instituições federais, o que reforça a necessidade de novas formas de gestão e de governança baseadas em transparência e corresponsabilidade (SECCHI, 2019). A governança pública, segundo Secchi (2019), refere-se à capacidade das instituições de coordenar ações, garantir transparência e promover o controle social.

Em instituições educacionais, essa governança é também pedagógica, pois envolve processos participativos, comunicação clara e valorização do diálogo entre setores. Bezerra e Albuquerque (2020) reforçam que a transparência e a ética pública são dimensões educativas, na medida em que contribuem para formar sujeitos comprometidos com o interesse coletivo.

Em suma, os princípios constitucionais e administrativos não apenas regem a atuação do IFMG como autarquia pública federal, mas também fundamentam as práticas institucionais de gestão patrimonial. Sob a lógica da Educação Profissional e Tecnológica, a eficiência assume caráter formativo e estruturante, vinculando-se à qualidade dos serviços educacionais prestados.

Nessa perspectiva, o inventário patrimonial deixa de ser mero procedimento burocrático e se firma como instrumento de cidadania, transparência e formação ética, articulando princípios administrativos e finalidades pedagógicas em favor da qualidade social e da governança democrática das instituições federais. Esses fundamentos orientam a análise desenvolvida a seguir, que aprofunda o papel do inventário patrimonial como prática estratégica na consolidação dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Dessa forma, os princípios constitucionais e os fundamentos da governança pública, ao orientarem a gestão educacional, ultrapassam a dimensão administrativa e assumem caráter formativo. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a gestão patrimonial torna-se espaço privilegiado para o exercício da ética pública, da transparência e da corresponsabilidade social — princípios que também orientam o produto educacional proposto neste trabalho.

2.4 A Gestão Patrimonial Pública e o Inventário Patrimonial no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica

A gestão patrimonial, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), constitui-se como prática administrativa e formativa voltada à administração, controle, preservação e destinação dos bens públicos sob sua responsabilidade. Fundamenta-se em princípios legais e constitucionais da administração pública — legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência — e nas normativas específicas que regem o patrimônio

da União, como o Decreto nº 9.373/2018 e a Instrução Normativa nº 205/1988. Mais do que um conjunto de procedimentos técnicos, a gestão patrimonial expressa a materialidade da política pública educacional e as condições concretas para a efetivação do currículo integrado.

Sob a perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica, a gestão patrimonial deve ser compreendida como parte integrante do projeto educativo institucional. Moura (2020) e Pacheco (2009) ressaltam que as condições materiais — laboratórios, mobiliários, equipamentos e espaços — são dimensões formativas do processo educativo. Assim, a administração dos bens públicos, quando orientada por princípios éticos e pedagógicos, torna-se instrumento de democratização do acesso e de fortalecimento da qualidade social da educação.

Conforme Ciavatta (2012), a materialidade da escola constitui mediação concreta entre a prática social e o processo formativo, o que confere à gestão patrimonial papel estratégico na efetivação do currículo integrado.

No IFMG, a gestão patrimonial é conduzida nos campi sob a coordenação da Diretoria de Administração e Planejamento e operacionalizada pelos setores de Patrimônio e Almoxarifado de cada campus. Entre seus instrumentos principais estão o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIGEP), os Termos de Responsabilidade, o controle de tombamento e o inventário anual de bens móveis e imóveis. Esses instrumentos visam garantir o registro fidedigno, o controle físico e contábil, e a transparência dos bens públicos sob guarda da instituição.

Mesmo com o aparato normativo e tecnológico existente, a efetividade da gestão patrimonial depende de fatores humanos e estruturais, o que traz desafios significativos para a consolidação de uma cultura institucional sólida rotatividade de servidores, a insuficiência de capacitação específica, a ausência de planejamento patrimonial integrado e a sobreposição de funções administrativas dificultam a consolidação de uma cultura institucional de corresponsabilidade.

Dourado (2021) observa que a gestão democrática exige condições materiais e humanas adequadas para sua concretização, o que inclui políticas permanentes de formação e valorização dos servidores técnico-administrativos. Além disso, a limitação

orçamentária e a burocratização dos processos restringem a capacidade de manutenção e atualização dos bens, impactando diretamente os espaços pedagógicos e a qualidade das práticas formativas.

Nessa perspectiva, a gestão patrimonial deve ser compreendida não apenas como um conjunto de rotinas administrativas, mas como um campo formativo, orientado pela ética pública, pela transparência e pela eficiência social. Tal compreensão alinha-se à concepção de formação humana integral e omnilateral da EPT, que reconhece nas dimensões materiais da escola um componente essencial da prática educativa.

O guia digital interativo proposto por esta pesquisa busca contribuir com esse processo, oferecendo uma ferramenta de formação continuada e de apoio às equipes responsáveis pela gestão patrimonial nos campi do IFMG. Ao sistematizar informações, orientar procedimentos e valorizar o patrimônio institucional como recurso educativo, o guia visa fortalecer a cultura de corresponsabilidade e ampliar o diálogo entre gestão, pedagogia e cidadania.

O inventário patrimonial, nesse contexto, é mais do que uma ferramenta de verificação física de bens. Trata-se de um instrumento de governança democrática e pedagógica, que reafirma a responsabilidade coletiva sobre os recursos públicos e fomenta reflexões acerca do uso, conservação e destinação dos equipamentos e espaços de ensino. Compreender o inventário como prática formativa significa reconhecer seu potencial de fortalecer a cultura institucional de transparência, corresponsabilidade e eficiência na gestão educacional.

Para compreender essa dimensão ampliada, é fundamental examinar os fundamentos teóricos da gestão patrimonial pública, os procedimentos que regem o inventário no IFMG e as ferramentas administrativas que o sustentam. Esses elementos permitem visualizar o inventário não apenas como uma obrigação normativa, mas como parte integrante do projeto educativo institucional e da formação integral preconizada pela EPT, constituindo, assim, um elo entre a gestão administrativa e a prática pedagógica.

2.4.1 Fundamentos e Conceitos da Gestão Patrimonial Pública

A compreensão do inventário patrimonial requer, inicialmente, o entendimento dos fundamentos que sustentam a gestão patrimonial pública, uma vez que é a partir dela

que se estruturam as práticas de controle, conservação e uso racional dos bens institucionais. No contexto dos Institutos Federais, essa gestão ultrapassa a dimensão administrativa e se consolida como um dos pilares que sustentam a infraestrutura pedagógica e a qualidade social da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Trata-se, portanto, de uma dimensão que articula a governança pública à missão educativa das instituições, garantindo condições materiais e simbólicas para a formação integral e emancipadora.

Diversos autores Biazon e Silva (2013) e Cherobin et al. (2015) definem a gestão patrimonial como o conjunto de ações que asseguram a administração, o controle e a preservação dos bens públicos. Essa perspectiva supera o enfoque contábil e reforça a dimensão estratégica dos bens como meios para garantir a efetividade das políticas públicas e a sustentabilidade das ações institucionais.

Assim, o patrimônio público passa a ser compreendido não apenas como um acervo de bens, mas como recurso coletivo que possibilita a concretização das finalidades sociais do Estado.

Para Carvalho Filho (2017):

Patrimônio público é o conjunto de bens e direitos que pertencem ao Estado e que são utilizados para a realização de suas funções e serviços, incluindo aqueles destinados às instituições de ensino. Envolve bens móveis e imóveis, recursos financeiros e outros ativos que devem ser administrados com eficiência e responsabilidade, visando o atendimento ao interesse público e a manutenção da qualidade dos serviços educacionais prestados” (CARVALHO FILHO, 2017, p. 98).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) também define o patrimônio público como:

Conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008).

A concepção contábil e normativa da gestão patrimonial é complementada pelo entendimento de que o patrimônio público inclui não apenas bens tangíveis — como móveis e imóveis —, mas também bens intangíveis, conforme define o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2008). Essa abordagem amplia a compreensão de patrimônio, incorporando dimensões simbólicas, tecnológicas e informacionais que

sustentam a prestação de serviços públicos e a memória institucional.

Essa definição evidencia que a gestão patrimonial deve aliar controle técnico, racionalidade administrativa e compromisso ético, de modo a assegurar que o uso dos recursos públicos esteja sempre orientado pelo interesse social. No campo educacional, isso significa garantir que os bens e equipamentos das instituições de ensino estejam disponíveis, adequados e bem conservados para viabilizar os processos formativos.

No âmbito do IFMG, a Portaria nº 652/2024, elaborada pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), por meio da Diretoria de Planejamento (DIRPLAN) e do Setor de Patrimônio e Almojarifado Institucional (SPAI), estabelece diretrizes para o controle e a transparência dos bens móveis permanentes.

Esse normativo reforça o compromisso institucional com a eficiência e a racionalização dos recursos, traduzindo, na prática, princípios constitucionais como legalidade, publicidade e economicidade. Além de padronizar os procedimentos administrativos, a portaria promove o alinhamento entre a gestão dos recursos materiais e a missão educativa da instituição, constituindo-se em instrumento de governança e de aprendizagem institucional.

A gestão patrimonial, conforme Fernandes (2019) e Fijor (2014), compreende um ciclo contínuo que envolve o planejamento, a aquisição, o tombamento, a utilização, o controle, a conservação, o inventário e, ao final da vida útil, a baixa dos bens. Cada etapa desse processo deve ser conduzida de forma integrada e participativa, permitindo que a instituição otimize o uso de seus recursos e fortaleça a responsabilidade compartilhada entre gestores, servidores e estudantes.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, esse ciclo adquire um sentido formativo: ao assegurar infraestrutura adequada, a gestão patrimonial contribui diretamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a articulação entre ensino, trabalho, ciência e tecnologia — princípios que estruturam o projeto educativo dos Institutos Federais.

Assim, os fundamentos da gestão patrimonial pública constituem a base conceitual e

operacional para compreender o inventário patrimonial não apenas como uma exigência administrativa, mas como um instrumento de corresponsabilidade, transparência e fortalecimento da cultura institucional.

2.4.2 O Inventário Patrimonial no IFMG: Procedimentos, Atores e Dimensão Formativa

A materialização dos fundamentos da gestão patrimonial, apresentados no subitem anterior, ocorre por meio do inventário patrimonial — instrumento que transforma princípios de controle, eficiência e transparência em práticas concretas de governança pública. No contexto do IFMG, o inventário representa não apenas uma exigência administrativa, mas um processo formativo, colaborativo e estratégico, no qual diferentes segmentos institucionais se articulam em torno da valorização dos bens públicos e da consolidação de uma cultura de corresponsabilidade.

Assim, o inventário traduz, na prática, a interdependência entre gestão e educação, materializando o compromisso da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a ética e a eficiência na administração dos recursos públicos. Ao envolver servidores, gestores e estudantes, o inventário patrimonial no IFMG transforma-se em espaço de aprendizagem e de cidadania institucional. Para além da dimensão técnica, o processo promove a cultura de transparência, a valorização dos bens públicos e o exercício ético da gestão educacional.

De acordo com a Portaria nº 652/2024, o inventário patrimonial é o procedimento administrativo que certifica a existência física, a localização, o estado de conservação e a conformidade dos bens permanentes com os registros do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Seu objetivo é confirmar a exatidão dos registros contábeis e patrimoniais, identificar eventuais irregularidades, subsidiar o planejamento institucional e fortalecer a transparência administrativa.

A Portaria define cinco modalidades de inventário: inicial, de verificação, de transferência, de extinção e anual. Dentre eles, dois assumem maior relevância para este estudo:

a) Inventário Inicial: realizado quando da criação de uma nova unidade administrativa, tem como finalidade registrar o acervo existente e estabelecer a base de controle

patrimonial. No IFMG – Campus Ribeirão das Neves, o inventário inicial foi concluído em 2024, representando um marco institucional. Até então, não havia normativos consolidados que orientassem o processo de forma padronizada.

Essa ausência dificultou a execução, exigindo a construção colaborativa de procedimentos e fluxos de trabalho em consonância com a Portaria nº 652/2024. O inventário inicial, portanto, constituiu-se em um exercício institucional de aprendizado e consolidação de práticas de governança, revelando a importância de integrar a gestão administrativa à dimensão pedagógica.

b) Inventário Anual: realizado obrigatoriamente em todas as unidades do IFMG, tem a finalidade de corrigir inconsistências, identificar perdas ou extravios e garantir a atualização dos registros em um intervalo temporal relativamente curto, assegurando a confiabilidade das informações. Além disso, permite verificar o estado físico dos bens, realocar equipamentos ociosos e aprimorar a utilização dos recursos públicos.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, o Campus Ribeirão das Neves encontrava-se em fase de execução do inventário anual, o que possibilita uma análise direta e aplicada sobre o processo em curso e seus desdobramentos práticos.

O processo de inventário no IFMG envolve três categorias de atores institucionais com funções complementares:

a) Comissão de Inventário: composta por, no mínimo, três servidores efetivos, a comissão é designada por portaria e possui legitimidade e autonomia técnica para planejar, coordenar e supervisionar as atividades de conferência e registro dos bens. É responsável por elaborar o Relatório Circunstanciado, consolidando dados, análises e recomendações. Essa comissão representa o núcleo central do processo, pois atua como instância de controle e avaliação patrimonial, mas também como espaço formativo e de corresponsabilidade institucional.

b) Operadores Inventariantes: agentes públicos convocados para realizar a conferência física dos bens, conforme as diretrizes da comissão. No Campus Ribeirão das Neves, essa função foi ampliada por meio da inclusão de estudantes bolsistas e voluntários, selecionados em edital próprio.

Essa prática inovadora traduz os princípios da Educação Profissional e Tecnológica

(EPT), ao integrar os discentes em processos de gestão institucional e promover a formação pela prática e a aprendizagem significativa — sobretudo por se tratar de um campus que oferta cursos na área de gestão, como Administração e Processos Gerenciais, tanto em nível técnico quanto superior, potencializando o vínculo entre teoria e prática e fortalecendo a dimensão formativa das ações institucionais.

c) Detentores de Carga Patrimonial: servidores responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens sob sua responsabilidade. Cada bem permanente é vinculado a um detentor de carga por meio do Termo de Responsabilidade, emitido eletronicamente no SUAP. Esse vínculo individualizado garante rastreabilidade e transparência, além de fortalecer a corresponsabilidade dos servidores com o patrimônio público. A Portaria nº 652/2024 define suas atribuições, entre as quais se destacam: supervisionar o uso dos bens, solicitar manutenção, comunicar irregularidades e apoiar as ações de inventário.

A vinculação de cada bem a um servidor fortalece o controle patrimonial, a *accountability* e a segurança institucional, além de estimular a cultura da responsabilidade compartilhada. Tal prática, ao envolver múltiplos agentes e instâncias, reflete os princípios democráticos e participativos da gestão pública, aproximando a dimensão administrativa da missão educativa do IFMG.

O Relatório Circunstanciado de Inventário é o documento final do processo e deve conter, no mínimo: (i) a Portaria de designação da comissão, (ii) os Relatórios de bens encontrados, não encontrados e não previstos, (iii) o Resumo por detentor de carga e por ambiente, e (iv) o Relatório de bens sem plaquetas ou com plaquetas danificadas, além de um resumo analítico das ocorrências positivas e oportunidades de melhoria.

Registrado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), esse relatório representa não apenas um instrumento contábil, mas também um diagnóstico institucional, fornecendo subsídios para o planejamento de investimentos, manutenção e redistribuição de bens.

Ao consolidar dados e análises, o inventário patrimonial transforma-se em fonte estratégica para o planejamento institucional e para o fortalecimento da governança pública. Mais do que cumprir uma exigência normativa, ele evidencia o compromisso

da instituição com a integridade e a eficiência da gestão educacional.

Nesse sentido, o inventário configura-se como elo entre a gestão administrativa e o projeto pedagógico, sendo um dos instrumentos que melhor expressam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Na sequência, a análise das ferramentas e estratégias adotadas pelo IFMG permite compreender como o processo é operacionalizado e aprimorado no cotidiano institucional.

2.4.3 Ferramentas e Estratégias de Gestão Patrimonial: Eficiência, Transparência e Aprendizagem Institucional

A consolidação de uma gestão patrimonial eficiente e transparente depende da adoção de ferramentas tecnológicas e de estratégias administrativas que possibilitem o controle efetivo dos bens públicos e a racionalização dos processos. No IFMG, tais instrumentos garantem a operacionalização dos princípios analisados nos subitens anteriores, transformando a teoria da gestão patrimonial em práticas institucionais concretas. Assim, as ferramentas e normas aqui discutidas constituem o elo entre o planejamento estratégico e a execução cotidiana da política patrimonial, assegurando coerência entre os objetivos institucionais e o uso responsável dos recursos públicos.

O Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) constitui o principal instrumento de gestão patrimonial no IFMG. Ele permite o controle de todo o ciclo de vida dos bens — do tombamento à baixa — e assegura rastreabilidade, transparência e eficiência administrativa. Além disso, facilita a comunicação entre as unidades gestoras e o Setor de Patrimônio e Almoxarifado Institucional (SPAI), otimizando o acompanhamento de cargas patrimoniais e movimentações internas.

Além do SUAP, a Portaria nº 652/2024 estabelece diretrizes para a padronização e o controle dos bens permanentes, introduzindo mecanismos de racionalização administrativa, como a elaboração de Portarias de Relação-Carga, que simplificam o controle de itens de menor relevância patrimonial. No Campus Ribeirão das Neves, essa diretriz foi implementada pela Portaria nº 3107/2025, que lista materiais permanentes sujeitos a controle simplificado, como cadeiras, suportes e quadros.

Essa medida busca equilibrar o rigor do controle patrimonial com a eficiência administrativa, reduzindo a burocracia sem comprometer a transparência e a

rastreabilidade. Nesse contexto, no âmbito local, foi instituída a Portaria nº 3107/IFMG, de 26 de maio de 2025, que dispõe sobre a lista de materiais permanentes enquadrados como Relação-Carga no Campus Ribeirão das Neves.

A referida portaria formaliza uma lista taxativa de bens permanentes — como cadeiras plásticas, suportes, painéis de projeção, entre outros — que, pelas suas características de uso, valor ou finalidade, passaram a ser controlados sob um modelo de gestão patrimonial simplificada, sem abrir mão da rastreabilidade.

Entre os objetivos da iniciativa, destacam-se: a racionalização do controle físico, a agilidade nas ações de inventário e a redução da burocracia relacionada à responsabilidade patrimonial individualizada para itens de menor relevância estratégica ou valor de mercado. No entanto, é importante ressaltar que esse enquadramento não configura ausência de controle, mas sim uma forma diferenciada e proporcional de acompanhamento, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade administrativa.

A adoção dessa modalidade no IFMG representa, portanto, uma estratégia de desburocratização administrativa, alinhada aos princípios constitucionais de eficiência e racionalidade previstos no art. 37 da Constituição Federal. Tais práticas de controle — inventário, SUAP e relação-carga — estão intrinsecamente conectadas ao Planejamento Estratégico, assegurando coerência entre as metas pedagógicas e a gestão dos recursos materiais.

Essas ações refletem a aplicação dos princípios constitucionais de eficiência, economicidade e publicidade (Brasil, 1988), assegurando que a gestão dos bens públicos se alinhe à racionalidade administrativa e ao planejamento estratégico da instituição. De acordo com Mintzberg (1994), o planejamento estratégico envolve a articulação entre objetivos e meios, de modo que a estrutura organizacional e os recursos disponíveis estejam orientados ao cumprimento da missão institucional.

Nessa perspectiva, o inventário patrimonial, sustentado pelo uso do SUAP e pelas normativas internas, passa a ser um mecanismo essencial de aprendizagem institucional, pois transforma a informação patrimonial em conhecimento útil para a tomada de decisão.

A adoção dessas ferramentas também reflete o entendimento de que a gestão patrimonial é um processo sistêmico e participativo, que requer a integração entre setores administrativos e acadêmicos. Segundo Matias-Pereira (2021), a boa administração pública deve garantir que os meios — representados pelos recursos e estruturas — estejam permanentemente ajustados aos fins institucionais, em um movimento de avaliação contínua e aperfeiçoamento da governança. No IFMG, esse alinhamento se manifesta por meio do diálogo entre o Setor de Patrimônio e Almoxarifado Institucional (SPAI), as comissões locais de inventário, os gestores de campus e as unidades de ensino e pesquisa.

Ao articular tecnologia, normatização e planejamento, o IFMG avança na consolidação de uma cultura de gestão patrimonial moderna, transparente e educativa. O uso do SUAP, aliado à regulamentação interna e às práticas formativas derivadas do inventário, traduz o compromisso da instituição com a eficiência e a responsabilidade social. Mais do que cumprir exigências legais, a gestão patrimonial torna-se um espaço de construção de cidadania e de aprendizado institucional, no qual servidores, estudantes e gestores partilham responsabilidades em torno do bem público.

Assim, o conjunto de estratégias e ferramentas aqui analisadas revela que a gestão patrimonial, quando integrada ao projeto educativo e aos valores da EPT, supera a função meramente administrativa e assume caráter formativo. Ao promover transparência, corresponsabilidade e eficiência, o IFMG reforça seu papel como instituição pública comprometida com a qualidade social da educação.

Essa concepção encerra o percurso analítico deste capítulo, demonstrando que o inventário patrimonial, mais do que um instrumento técnico, constitui-se em prática de governança e de formação cidadã — articulando gestão, ética e educação como dimensões indissociáveis da atuação institucional. A partir desse referencial, no capítulo seguinte são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a condução da pesquisa, detalhando as estratégias adotadas para a produção e análise dos dados.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa insere-se no campo das Ciências Humanas e adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e aplicada, em consonância com os pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). Tal abordagem possibilita compreender os sentidos, percepções e significados que servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), atribuem às práticas de inventário patrimonial, considerando suas dimensões administrativas, formativas e éticas no contexto da gestão pública educacional.

A opção pela pesquisa qualitativa fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos investigados não podem ser reduzidos a mensurações numéricas, mas demandam interpretação contextualizada das práticas sociais e institucionais. Conforme Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa busca apreender a complexidade dos fenômenos sociais, considerando as experiências e relações simbólicas dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a investigação privilegia a análise da gestão patrimonial como prática socialmente construída, vinculada a concepções de gestão pública, corresponsabilidade e formação institucional na EPT.

A natureza aplicada decorre do compromisso com a proposição de soluções concretas voltadas ao aprimoramento da gestão patrimonial no IFMG. Esse movimento articula diagnóstico, análise e intervenção, culminando no desenvolvimento de um produto educacional — o Guia Digital Interativo sobre Inventário Patrimonial — destinado à formação continuada de servidores e à sensibilização da comunidade acadêmica quanto ao uso, controle e preservação dos bens públicos. Assim, a metodologia integra produção de conhecimento e prática institucional, alinhando-se ao caráter aplicado do PROFEPT.

3.1 Critérios Éticos

Todos os procedimentos adotados nesta pesquisa atenderam às disposições da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, especialmente aquelas que envolvem a participação de servidores públicos. A condução do estudo observou os princípios éticos da autonomia, do respeito aos participantes, da confidencialidade das

informações e da proteção contra quaisquer formas de exposição ou constrangimento institucional.

Os participantes foram convidados por meio de comunicação institucional e informados previamente sobre os objetivos, os procedimentos, os riscos e os benefícios da pesquisa. A participação ocorreu de forma voluntária, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no Apêndice A, no qual também se assegurou o direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo pessoal ou funcional aos participantes.

As entrevistas foram realizadas mediante autorização prévia para gravação, sendo os registros utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Os áudios foram armazenados em ambiente digital seguro, com acesso restrito ao pesquisador, e posteriormente transcritos integralmente para fins de análise. Em todas as etapas do estudo, foi garantido o anonimato dos participantes, bem como o sigilo das informações coletadas, de modo a preservar a identidade dos sujeitos e a integridade institucional.

Considerando o caráter qualitativo da pesquisa, os riscos foram avaliados como sendo baixos, limitando-se à eventual exposição de percepções e experiências profissionais, mitigada pela adoção de procedimentos éticos rigorosos e pelo tratamento responsável dos dados produzidos.

A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sendo aprovada conforme o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 87166925.0.0000.0293, em conformidade com as disposições da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Dessa forma, assegurou-se não apenas a conformidade normativa, mas também o compromisso com a ética pública e com os princípios formativos que orientam a Educação Profissional e Tecnológica.

3.2 Lócus da Pesquisa

O lócus da investigação foi o IFMG, integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A escolha desse espaço institucional justifica-se por sua inserção no campo da Educação Profissional e Tecnológica e por sua estrutura administrativa e pedagógica, que articula atividades de ensino, gestão e formação continuada de servidores.

A instituição oferta cursos técnicos e superiores nas áreas de Administração, Gestão Pública e Processos Gerenciais, dentre outros, o que o configura como um ambiente privilegiado para a análise da gestão patrimonial enquanto prática administrativa e, simultaneamente, formativa. Nesse contexto, o inventário patrimonial ultrapassa a dimensão meramente burocrática, assumindo relevância pedagógica ao mobilizar conhecimentos relacionados à gestão pública, à responsabilidade institucional e ao uso adequado dos bens públicos.

Além disso, o IFMG reúne servidores com atuação direta nos processos de controle e inventário patrimonial, o que possibilitou o acesso a experiências, percepções e práticas concretas relacionadas ao objeto de estudo. Tal característica contribuiu para a produção de dados qualitativos relevantes, alinhados aos objetivos da pesquisa e à natureza aplicada da investigação.

Destaca-se, ainda, que o contexto institucional passou por recentes mudanças organizacionais, especialmente a partir da edição da Portaria IFMG nº 652/2024, que estabeleceu diretrizes para o controle, o acompanhamento e a responsabilização sobre os bens permanentes. Esse marco normativo reforçou a pertinência do lócus selecionado, uma vez que criou condições institucionais favoráveis tanto à investigação das práticas de inventário patrimonial quanto ao desenvolvimento e à implementação do produto educacional proposto.

3.3 Participantes e Critérios de Seleção

Os participantes da pesquisa foram selecionados por meio de amostragem intencional, de natureza não probabilística, considerando-se a relevância da atuação e a experiência prática no processo de inventário patrimonial. Participaram do estudo servidores IFMG, ocupantes de diferentes funções — técnico-administrativas e de gestão — que atuaram direta ou indiretamente nos processos de inventário patrimonial ou em setores vinculados à gestão de bens permanentes na Reitoria e em outros campi da instituição.

A escolha desse perfil de participantes justifica-se pela necessidade de acessar percepções, experiências e práticas concretas relacionadas à gestão patrimonial, em consonância com os objetivos da pesquisa e com sua abordagem qualitativa. Buscou-se, sempre que possível, contemplar diferentes funções e níveis de envolvimento no

processo de inventário, de modo a ampliar a compreensão do fenômeno investigado.

Foram adotados como critérios de inclusão: (a) ter participado de ao menos uma etapa do inventário patrimonial institucional; (b) possuir vínculo ativo com o IFMG no período de realização da coleta de dados; e (c) manifestar concordância em participar da pesquisa, formalizada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como critério de exclusão, não foram considerados colaboradores terceirizados ou servidores que não apresentaram envolvimento direto ou indireto com o processo de inventário patrimonial.

O número de participantes foi definido a partir de amostragem intencional, considerando a relevância da atuação de gestores, ex-gestores e servidores que atuam ou atuaram direta ou indiretamente nos processos de inventário patrimonial no IFMG. Inicialmente, estabeleceu-se a participação mínima de servidores com experiências distintas no âmbito da Reitoria e de outras unidades da instituição.

Durante o processo de coleta, houve necessidade de ajuste no grupo inicialmente convidado, em razão da não devolução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por alguns servidores, o que levou à redefinição pontual dos participantes, preservando-se, contudo, os critérios de seleção previamente estabelecidos.

3.4 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada a partir da utilização de dois instrumentos principais: a análise documental, em caráter descritivo, e as entrevistas semiestruturadas. A definição desses instrumentos decorreu da abordagem qualitativa da pesquisa e da necessidade de compreender o fenômeno investigado a partir de diferentes fontes, articulando dimensões normativas, organizacionais e subjetivas relacionadas ao inventário patrimonial no contexto da EPT.

A análise documental, em caráter descritivo, compreendeu o levantamento e a descrição de portarias institucionais, relatórios de gestão, normativos internos e registros administrativos relacionados ao inventário patrimonial, disponíveis no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Esse procedimento possibilitou

a caracterização do arcabouço normativo e organizacional que orienta as práticas de controle e gestão dos bens permanentes no IFMG, contribuindo para a contextualização do objeto de estudo e para o subsídio teórico-prático do produto educacional proposto.

As entrevistas semiestruturadas constituíram o principal instrumento de produção dos dados empíricos. Inicialmente, foi elaborado um roteiro de entrevistas (Apêndice B), estruturado a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico que fundamenta a gestão patrimonial e a EPT. O roteiro foi organizado em eixos temáticos e composto por questões abertas, de modo a favorecer a livre expressão dos participantes e a emergência de percepções, experiências e desafios relacionados ao processo de inventário patrimonial.

O contato com os participantes ocorreu por meio de comunicação institucional, em ambiente digital, ocasião em que foram apresentados os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta e os aspectos éticos envolvidos. Todos os participantes tiveram acesso prévio ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações sobre a natureza voluntária da participação, os possíveis riscos e benefícios, a garantia de anonimato, o sigilo das informações e o direito de desistência a qualquer momento. A assinatura do TCLE constituiu condição prévia para a realização das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Google Meet, considerando a disponibilidade dos participantes e a dinâmica institucional. Antes do início de cada entrevista, os participantes foram informados sobre a gravação do encontro e autorizaram formalmente o registro do áudio. Foram asseguradas condições adequadas de privacidade, confidencialidade e respeito ao longo da condução das entrevistas, que tiveram duração média de aproximadamente 50 minutos e seguiram o roteiro previamente elaborado, preservando a flexibilidade própria das entrevistas semiestruturadas.

Após a realização das entrevistas, os áudios foram armazenados em ambiente digital seguro, com acesso restrito ao pesquisador, e posteriormente transcritos com o apoio da ferramenta Read AI. As transcrições foram revisadas e ajustadas pelo pesquisador, com correções linguísticas e adequações contextuais, assegurando fidelidade aos

sentidos expressos pelos participantes e maior fluidez textual. Esse procedimento permitiu a constituição de um corpus de análise coerente com os pressupostos da pesquisa qualitativa.

A utilização combinada da análise documental e das entrevistas possibilitou a triangulação dos dados, estratégia metodológica que, conforme Flick (2009), contribui para o fortalecimento da validade interna e da credibilidade da pesquisa qualitativa, ao integrar múltiplas fontes de evidência.

Os dados produzidos ao longo da pesquisa foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), amplamente empregada em pesquisas qualitativas por possibilitar a descrição sistemática e a interpretação das mensagens. O processo analítico seguiu as três etapas clássicas da Análise de Conteúdo.

A primeira etapa, denominada pré-análise, consistiu na leitura flutuante das transcrições das entrevistas e dos documentos selecionados, permitindo a familiarização com o material empírico, a organização do corpus e a definição das unidades de registro.

Na segunda etapa, correspondente à exploração do material, foram identificadas as unidades de sentido, atribuídos códigos aos trechos significativos e realizado o agrupamento desses elementos em categorias temáticas, construídas de forma indutiva, em diálogo com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico adotado.

A terceira etapa compreendeu o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, momento em que as categorias analíticas foram examinadas de maneira aprofundada, articulando-se os achados empíricos ao referencial teórico discutido no Capítulo 2.

A análise dos dados foi realizada de forma sistemática e interpretativa, assegurando a centralidade da análise humana no processo investigativo e a coerência epistemológica da abordagem qualitativa adotada. A triangulação entre as fontes documentais, os depoimentos dos participantes e o referencial teórico reforçou a consistência analítica e a credibilidade dos resultados, possibilitando compreender o inventário patrimonial como prática institucional estratégica e formativa, em

consonância com os objetivos desta pesquisa e com o produto educacional desenvolvido.

3.5 Construção do Roteiro de Entrevista

A construção do roteiro de entrevista ocorreu de forma fundamentada no referencial teórico apresentado. Para a elaboração do roteiro, foram considerados aportes teóricos de Bardin (2011), Minayo (2016) e Denzin e Lincoln (2018), cujas contribuições destacam a importância da escuta qualificada, da contextualização das falas dos sujeitos e da compreensão dos significados atribuídos às práticas sociais investigadas.

O roteiro foi estruturado em blocos temáticos inter-relacionados, organizados de modo a conduzir progressivamente a entrevista, sem comprometer a espontaneidade dos relatos. Os eixos contemplaram aspectos relacionados ao perfil institucional e à trajetória profissional dos participantes; às práticas e aos desafios vivenciados na gestão patrimonial; à dimensão formativa dessas práticas e sua relação com a EPT; à cultura institucional e à corresponsabilidade no uso dos bens públicos; bem como às propostas de melhoria e às expectativas em relação aos processos de inventário patrimonial.

O roteiro de entrevista foi submetido à apreciação do orientador e passou por um processo de testagem prévia, por meio de entrevista piloto, com o objetivo de verificar a clareza, a pertinência das questões e o tempo médio de aplicação. As contribuições decorrentes desse procedimento foram incorporadas à versão final do roteiro, apresentada no Apêndice B, assegurando maior consistência metodológica.

Com o objetivo de sintetizar e organizar os principais elementos do percurso metodológico da pesquisa, apresenta-se, o Quadro 2 – Síntese da Metodologia. Nele, são sistematizadas informações sobre o delineamento do estudo, os participantes, os instrumentos de produção de dados e os procedimentos de análise, de modo a oferecer uma visão integrada das escolhas metodológicas adotadas.

Quadro 2 – Síntese da Metodologia

Dimensão Metodológica	Caracterização da Pesquisa
Natureza e Abordagem	Pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com enfoque descritivo-interpretativo, inserida no campo das Ciências Humanas e orientada pelos pressupostos da EPT.
Lócus da Investigação	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – interlocuções com Reitoria e demais unidades.
Participantes	Servidores técnico-administrativos e gestores com atuação direta ou indireta nos processos de inventário patrimonial, selecionados por amostragem intencional não probabilística.
Critérios de Seleção	Inclusão: participação em etapas do inventário e vínculo ativo com o IFMG. Exclusão: ausência de envolvimento direto com a gestão patrimonial ou atuação exclusivamente terceirizada.
Instrumentos de Produção de Dados	Análise documental, em caráter descritivo (portarias, relatórios, normativos e registros no SUAP) e entrevistas semiestruturadas organizadas por eixos temáticos.
Procedimentos de Coleta	Convite institucional, assinatura do TCLE e realização de entrevistas síncronas via Google Meet, com gravação autorizada. Transcrição com apoio da ferramenta Read AI (reconhecimento automático de fala), seguida de revisão integral pelo pesquisador.
Tratamento e Análise dos Dados	Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), estruturada em três etapas: pré-análise, categorização e interpretação. Triangulação entre entrevistas, análise documental de caráter descritivo e referencial teórico.
Aspectos Éticos	Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob CAAE nº 87166925.0.0000.0293, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do CNS. Participação voluntária, TCLE, garantia de anonimato e sigilo dos dados.
Produto Educacional	Guia Digital Interativo sobre Inventário Patrimonial, voltado à formação continuada e ao fortalecimento da cultura institucional de responsabilidade patrimonial na EPT.

Fonte: Autoria própria.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise e a discussão dos dados produzidos no âmbito desta pesquisa, considerando duas fontes principais de informação: os documentos institucionais relacionados à gestão patrimonial do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e as entrevistas semiestruturadas realizadas com servidores envolvidos na gestão patrimonial e na gestão educacional da instituição.

Inicialmente, é apresentada a análise documental, de caráter descritivo e exploratório, que permite compreender a estrutura normativa, administrativa e operacional que orienta o controle patrimonial no IFMG. Em seguida, são discutidos os resultados das entrevistas, analisados à luz da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), buscando compreender como o inventário patrimonial é percebido e mobilizado pelos servidores no contexto da gestão institucional e da organização dos espaços da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

4.1 Análise Documental de Caráter Descritivo da Gestão Patrimonial

A análise documental constitui uma etapa importante desta pesquisa, assumindo um caráter descritivo, pois permite compreender os marcos normativos e administrativos que orientam a gestão patrimonial no IFMG. Por meio da leitura e exame de documentos institucionais, busca-se descrever e sistematizar como o processo de inventário patrimonial é regulamentado e operacionalizado no âmbito da instituição. Além disso, essa análise contribui para situar o inventário no conjunto das práticas administrativas voltadas à gestão dos bens públicos, permitindo compreender como essas diretrizes são formalmente estabelecidas no contexto institucional.

Para essa etapa, foi feito o levantamento de documentos institucionais relacionados à gestão patrimonial, como portarias, relatórios de inventário, manuais de orientação e documentos técnicos vinculados ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Esses materiais possibilitam compreender as diretrizes institucionais que orientam o controle e o registro dos bens públicos, bem como os procedimentos adotados para a realização do inventário patrimonial.

Os documentos institucionais analisados ao longo desta pesquisa encontram-se disponíveis para acesso no Apêndice B – Documentos Institucionais (Link de Acesso).

O quadro a seguir apresenta a relação dos principais documentos considerados nesta etapa da pesquisa.

Quadro 3 – Documentos institucionais utilizados na pesquisa

Documento	Tipo	Contexto da Pesquisa
Portaria nº 652/2024/IFMG	Normativo institucional	Estabelece o regulamento sobre a gestão dos bens móveis que compõem o acervo patrimonial do IFMG, definindo responsabilidades, procedimentos e diretrizes para o inventário patrimonial
Portaria nº 146/2022/IFMG e 5444/2025/IFMG Comissão de Inventário do IFMG – Campus Ribeirão das Neves	Ato administrativo institucional	Formalizam a constituição das comissões responsáveis pela realização do inventário patrimonial no campus, definindo composição, atribuições e prazo para execução dos trabalhos, nos períodos entre 2022-2024 e 2025.
Relatório de Inventário Inicial – Exercícios 2022, 2023 e 2024 (SEI nº 2249019)	Relatório institucional	Apresenta os resultados consolidados do inventário físico inicial dos bens móveis do campus, evidenciando o processo de organização e regularização do acervo patrimonial.
Relatório Circunstanciado Complementar de Inventário – Exercício 2025 (SEI nº 2628933)	Relatório institucional	Registra as atualizações e movimentações patrimoniais posteriores ao inventário inicial, consolidando as informações referentes ao controle patrimonial da unidade.
Portaria nº 3107/2025/IFMG	Ato administrativo normativo	Dispõe sobre a lista de materiais permanentes enquadrados como relação-carga no âmbito do IFMG – Campus Ribeirão das Neves, como estratégia de racionalização do controle patrimonial.
Manual de Orientações e Procedimentos para Comissões Inventariantes	Documento técnico institucional	Apresenta orientações e procedimentos para a execução do inventário patrimonial, detalhando responsabilidades, etapas e registros necessários, no âmbito do IFMG/Campus Ribeirão das Neves.
Manual do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) – Módulo Patrimônio	Manual técnico de sistema	Descreve as funcionalidades do módulo patrimônio do SUAP, sistema utilizado para registro, movimentação e controle dos bens patrimoniais no IFMG.
Ofício nº 12/2025 e 9/2026/RE-SPAI/RE-CFCA/RE-DIRPLAN/RE-PROAP/IFMG - 2025	Documento administrativo	Registros de comunicação da Reitoria que reforçam a obrigatoriedade da realização do inventário anual de bens móveis e tratam do acompanhamento e da regularização de pendências relacionadas ao processo de inventário patrimonial nas unidades do IFMG.

Fonte: Autoria própria

Os documentos apresentados no quadro permitem compreender que a gestão patrimonial no IFMG é estruturada por um conjunto articulado de normativos, atos administrativos, relatórios institucionais e instrumentos técnicos que orientam tanto a organização do patrimônio público quanto a execução do inventário patrimonial. A

Portaria nº 652/2024 estabelece o marco normativo geral para a gestão dos bens móveis da instituição, definindo responsabilidades, procedimentos e diretrizes que orientam o controle patrimonial nas unidades do IFMG. Complementarmente, as portarias de designação das comissões de inventário formalizam a constituição dos grupos responsáveis pela realização das atividades inventariantes, evidenciando a institucionalização desse processo no âmbito administrativo.

Os relatórios de inventário analisados registram os resultados das atividades de verificação física e atualização das informações patrimoniais, permitindo identificar o processo de organização e regularização do acervo de bens móveis do campus Ribeirão das Neves ao longo dos exercícios analisados. Os manuais institucionais e do SUAP, por sua vez, apresentam os instrumentos técnicos que orientam a execução das rotinas patrimoniais, fornecendo procedimentos padronizados para o registro, a movimentação e o acompanhamento dos bens públicos. No mesmo sentido, os ofícios expedidos pela Reitoria evidenciam o acompanhamento institucional e reforçam a obrigatoriedade da realização periódica do inventário patrimonial nas unidades do IFMG.

Esses documentos oferecem, portanto, um panorama das bases normativas e operacionais que estruturam a gestão patrimonial na instituição. A organização dessas diretrizes institucionais constitui elemento relevante para compreender como o inventário patrimonial se insere no funcionamento administrativo do IFMG e como pode contribuir, posteriormente, para a organização dos espaços que sustentam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, evidenciando sua relação com as condições materiais que estruturam a EPT.

Contudo, para além das diretrizes formais, torna-se necessário compreender como essas práticas são percebidas e vivenciadas pelos servidores que atuam diretamente na gestão institucional. Nesse sentido, a subseção seguinte apresenta a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes da pesquisa.

4.2 Análise das Entrevistas Semiestruturadas

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco participantes vinculados ao IFMG, diretamente relacionados à gestão patrimonial e/ou à gestão educacional da instituição. Para

preservação do anonimato, os entrevistados foram identificados como P1, P2, P3, P4 e P5, conforme a ordem adotada na pesquisa.

O material empírico foi submetido à Análise de Conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A partir das unidades de registro identificadas e codificadas, foram consolidadas seis categorias analíticas, que orientam a apresentação e a discussão dos dados neste capítulo: (1) Estruturação Institucional da Gestão Patrimonial; (2) Responsabilidades, Governança e Corresponsabilidade Institucional; (3) Limitações Operacionais e Desigualdades Institucionais; (4) Inventário Patrimonial como Informação Estratégica para Planejamento e Tomada de Decisão; (5) Dimensão Formativa, Pedagógica e Cultural da Gestão Patrimonial; e (6) Produto Educacional como Estratégia de Mediação, Orientação e Apoio Institucional.

A análise dessas categorias permite compreender o inventário patrimonial para além de um procedimento administrativo, evidenciando-o como prática institucional que incide diretamente sobre a organização dos espaços formativos, a gestão pública e a qualidade da EPT, em consonância com os objetivos desta pesquisa.

A seguir, cada uma dessas categorias é apresentada e discutida de forma articulada ao referencial teórico adotado na pesquisa e aos depoimentos dos participantes, buscando evidenciar sua relação com as práticas institucionais analisadas. As transcrições das entrevistas, devidamente revisadas e anonimizadas, encontram-se disponíveis para consulta no Apêndice F – Transcrições das Entrevistas (Link de Acesso).

4.2.1 Estruturação Institucional da Gestão Patrimonial

Esta categoria analisa como a estrutura institucional — entendida como o conjunto de sistemas, fluxos, normas e rotinas organizacionais — condiciona a consolidação do inventário patrimonial no IFMG. Nesse contexto, os depoimentos evidenciam que a gestão patrimonial é atravessada por fatores estruturais relacionados ao histórico de expansão institucional, às mudanças organizacionais, à transição entre sistemas de controle e à necessidade de padronização de procedimentos entre campi e Reitoria.

A partir dessa compreensão, os participantes indicam que a gestão patrimonial não

se resume ao ato de “contar bens”, mas depende de uma infraestrutura organizacional capaz de sustentar rotinas de cadastro, conciliação, atualização e responsabilização, articulando campus e Reitoria.

Assim, esse deslocamento do inventário de uma atividade pontual para um processo estruturado evidencia que sua efetividade está diretamente vinculada à organização institucional dos processos e à integração das informações, condição necessária para a gestão dos recursos materiais que sustentam as práticas educativas no âmbito da EPT, considerando que as condições materiais integram o próprio processo formativo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Nessa direção, P1 descreve a construção gradual de condições institucionais para organizar informações patrimoniais e contábeis, destacando a lógica de consolidação na Reitoria e os reflexos diretos do que ocorre nos campi: *“Hoje a gente tem uma Coordenação Geral de Contabilidade, responsável pela consolidação das informações patrimoniais aqui na reitoria. Nesse sentido, um dos momentos centrais da área contábil é a elaboração do balanço patrimonial e das notas explicativas, quando se consegue destrinchar como ocorreu a evolução patrimonial, financeira e orçamentária da instituição.”* (P1)

Ao tratar da estruturação institucional, P1 também situa a transição tecnológica como um marco importante para a organização da gestão patrimonial, sobretudo ao permitir a conciliação entre os registros físicos, sistêmicos e contábeis: *“Com o passar do tempo, a gestão do IFMG acabou adotando o SUAP, que é o sistema que a gente utiliza atualmente. Trata-se de uma plataforma que permite o desenvolvimento contínuo e a implementação de melhorias, por se tratar de um software de código aberto.”* (P1)

A partir desses elementos, a centralidade da informação patrimonial e a adoção de sistemas integrados evidenciam que o inventário se insere em um sistema mais amplo de gestão pública, no qual a produção de informações confiáveis é fundamental para o planejamento e o controle dos recursos institucionais (CARVALHO FILHO, 2019), reforçando sua importância para a organização das atividades institucionais.

Nessa mesma perspectiva, P2 reforça que a institucionalização da gestão patrimonial exige organização permanente de fluxos e rotinas, e não apenas ações pontuais

motivadas por exigências formais: *“Inventário não é uma atividade que começa e termina no mesmo momento. Ele precisa de rotina, precisa de atualização, precisa de tratamento de divergências e precisa que as informações estejam sendo alimentadas e conferidas ao longo do tempo.”* (P2)

Por outro lado, ao considerar a realidade operacional, P4 e P5, a partir de experiências mais diretamente ligadas à execução nos campi, indicam que a estruturação institucional ainda é desigual e, em alguns contextos, insuficiente para garantir uma padronização efetiva dos procedimentos: *“A gente ainda tem muita diferença de prática entre os campi, e isso acaba impactando diretamente o inventário, porque cada unidade tenta resolver do seu jeito, dentro do que consegue.”* (P4)

“Quando não tem um padrão claro, o inventário vira uma corrida contra o tempo, e o trabalho fica muito mais pesado para quem está no operacional” (P5). Diante desse cenário, essas diferenças evidenciam que a ausência de padronização e de estruturas organizacionais consolidadas compromete a gestão dos recursos institucionais e reforçam a necessidade de maior articulação entre as unidades e os níveis institucionais.

Em conjunto, as falas demonstram que a estruturação institucional da gestão patrimonial constitui condição fundamental para que o inventário deixe de ser um evento ocasional e se consolide como um processo organizacional contínuo, integrado e sustentado, articulando diferentes níveis da instituição.

4.2.2 Responsabilidades, Governança e Corresponsabilidade Institucional

Nesta categoria, analisa-se a forma como se distribuem responsabilidades e se constrói a governança do inventário patrimonial no IFMG. Nesse contexto, os participantes convergem ao afirmar que o inventário não pode ser compreendido como responsabilidade exclusiva do setor de patrimônio. Ao contrário, as falas evidenciam a necessidade de uma governança institucional sustentada pela corresponsabilidade entre dirigentes, detentores de carga, comissões, setores e usuários.

A partir dessa perspectiva, a gestão patrimonial aproxima-se de uma concepção de governança pública baseada na corresponsabilidade e na atuação articulada entre diferentes atores institucionais, na qual a efetividade dos processos depende da clareza de papéis, da participação e do compromisso coletivo. Nessa direção, a

governança pública envolve a capacidade de coordenação, transparência e responsabilização entre os sujeitos institucionais (SECCHI, 2019), ao passo que, no campo educacional, a gestão democrática pressupõe a participação e o envolvimento dos diferentes segmentos na condução das ações institucionais (DOURADO, 2013).

À luz desse referencial, P1 problematiza a percepção de que o setor de patrimônio seria o único responsável pela execução do inventário: *“Por muitas vezes passa a impressão de que a responsabilidade do inventário é do setor de patrimônio, e isso é um grave erro. A responsabilidade do inventário é do ordenador de despesa, é do diretor do campus.”* (P1)

P2 complementa ao delimitar o papel da Reitoria, destacando seu caráter orientador, normativo e fiscalizador, sem substituir a execução local: *“Cabe a mim notificar, cobrar e orientar. Eu não consigo ir lá e fazer. Eu posso demonstrar para ele que existe uma normativa legal que determina que o processo seja realizado.”* (P2)

No plano operacional, P5 explicita fragilidades nos ritos de responsabilização, com impactos diretos sobre servidores e sobre a segurança institucional: *“Se você não faz, naquele momento, a conferência da carga, você vai gerar um desdobramento que é terrível, porque, às vezes, está faltando 20 bens e o servidor tem mil itens sob sua responsabilidade.”* (P5)

Sob a perspectiva da gestão educacional, P3 amplia a discussão ao destacar que o inventário incide diretamente sobre o funcionamento do ensino: *“A gente precisa entender que o inventário não é só um procedimento do administrativo. Ele impacta o funcionamento do campus e as decisões do ensino, porque envolve laboratório, sala, equipamento e infraestrutura.”* (P3)

Dessa forma, observa-se que a distribuição de responsabilidades não se limita à definição formal de competências, mas envolve a efetiva participação dos sujeitos institucionais na condução do processo.

Assim, o conjunto das falas evidencia que a governança do inventário patrimonial depende da clareza de papéis institucionais, da formalização de ritos de responsabilização e do envolvimento efetivo dos diferentes atores, deslocando o inventário de uma prática setorial para um processo institucional compartilhado.

4.2.3 Limitações Operacionais e Desigualdades Institucionais

Esta categoria analisa as limitações operacionais e as desigualdades institucionais que atravessam a execução do inventário patrimonial nos diferentes campi do IFMG, evidenciando como fatores materiais, organizacionais e culturais condicionam a efetividade do processo e a qualidade das informações produzidas.

Nesse sentido, Dourado (2021) destaca que a organização e a gestão dos espaços e recursos institucionais na EPT dependem não apenas de sua existência formal, mas de sua funcionalidade e manutenção, uma vez que a precarização de estruturas e a descontinuidade de investimentos comprometem a realização das atividades institucionais e ampliam desigualdades entre as unidades.

A partir dessa compreensão, os dados revelam que restrições relacionadas à disponibilidade de pessoal, ao tempo destinado à atividade, à cultura organizacional e às condições estruturais distintas entre os campi impactam diretamente a consistência e a periodicidade do inventário. P1 descreve o inventário como tarefa complexa, especialmente diante do volume de bens e da necessidade de planejamento detalhado: *“A execução em si é absurdamente complicada, porque envolve muitos itens e exige que você se organize e se planeje muito bem.”* (P1)

De forma mais específica, P2 explicita a existência de desigualdades institucionais entre as unidades do IFMG, ressaltando que alguns campi enfrentam dificuldades na própria implantação de sistemas e na maturidade da gestão patrimonial: *“Nós temos campi aqui dentro do IFMG que, infelizmente, não têm gestão patrimonial nem utilizam o sistema. Então a gente tem uma disparidade muito grande.”* (P2)

Nos campi, P4 e P5 destacam limitações operacionais decorrentes da concentração das atividades em poucos servidores e da baixa adesão dos setores usuários: *“O problema é que, na prática, a gente depende de setores que não priorizam o inventário, e isso trava o andamento, porque o patrimônio sozinho não consegue dar conta de tudo.”* (P4) *“Sem participação dos setores e sem apoio suficiente, o inventário fica muito mais demorado.”* (P5)

P3 observa que tais dificuldades também se expressam na forma como o inventário é percebido institucionalmente, muitas vezes sendo tratado como atividade secundária: *“A área de patrimônio normalmente não aparece como prioridade.”* (P3)

Essas evidências revelam que as limitações operacionais e as desigualdades institucionais fragilizam a execução do inventário patrimonial e comprometem a confiabilidade das informações produzidas, indicando a necessidade de estratégias institucionais integradas que articulem apoio, capacitação e padronização mínima de procedimentos.

Nessa perspectiva, conforme Saviani (2003), as condições materiais do trabalho educativo constituem dimensão indissociável do processo formativo, o que permite compreender que as limitações observadas não se restringem ao plano administrativo, mas incidem diretamente sobre a qualidade e a realização das atividades institucionais.

Assim, mesmo em contextos adversos, o inventário produz informações capazes de subsidiar decisões administrativas e educacionais, o que reforça a necessidade de qualificar o processo e não de reduzi-lo a mera exigência formal.

4.2.4 Inventário patrimonial como Informação Estratégica para Planejamento e Tomada Decisão

Nesta categoria, o inventário é analisado a partir de sua função informacional e estratégica, destacando-se seu papel na produção de dados qualificados que subsidiam o planejamento institucional, a priorização orçamentária e a tomada de decisões administrativas e educacionais.

Paludo (2013) destaca que a tomada de decisão na administração pública depende da disponibilidade de informações confiáveis e organizadas, o que permite compreender o inventário patrimonial como um processo que ultrapassa o registro físico dos bens e se consolida como base informacional para o planejamento e a gestão institucional.

Nesse sentido, o princípio da eficiência na administração pública não se restringe à redução de custos ou à racionalização de recursos, mas envolve a capacidade de produzir resultados socialmente relevantes e de qualificar as condições de funcionamento das instituições (BRASIL, 1988). Assim, ao ser compreendido como processo informacional, o inventário patrimonial contribui para uma compreensão ampliada da eficiência, articulada às finalidades institucionais e às demandas da EPT.

A partir dessa compreensão, os participantes associam o inventário patrimonial não apenas ao controle formal dos bens, mas à geração de informações capazes de orientar decisões relacionadas à infraestrutura, à aquisição de equipamentos e à otimização do uso dos recursos públicos. P1 exemplifica como o inventário subsidia decisões administrativas ao permitir o diagnóstico do perfil dos bens existentes: *“Quando você tem um inventário que mostra qual é o perfil dos hardwares do campus, isso já te dá um cenário para pensar.”* (P1)

De forma complementar, P2 reforça que o principal produto da gestão patrimonial é a informação, deslocando o foco do simples registro físico: *“Gestão patrimonial não significa só que os bens estão identificados fisicamente. É informação para tomada de decisão.”* (P2)

Nessa mesma direção, a partir da perspectiva da gestão educacional, P3 associa diretamente a informação patrimonial à organização das condições materiais do ensino: *“Quando você tem informação organizada, você consegue decidir melhor sobre laboratório, equipamento.”* (P3)

Além disso, P5 complementa ao destacar o papel do inventário na identificação de bens ociosos e na racionalização do gasto público: *“Às vezes tem gente querendo comprar mesa aqui dentro, e a gente já tem”* (P5). Dessa forma, observa-se que a produção e a organização das informações patrimoniais não apenas subsidiam decisões administrativas, mas também orientam a gestão dos recursos no âmbito educacional.

Nesse sentido, Pacheco (2018) destaca que os ambientes e recursos institucionais atuam como elementos estruturantes para o desenvolvimento das atividades educativas, o que reforça que a organização das informações patrimoniais contribui diretamente para a qualificação das decisões relacionadas à oferta e ao funcionamento da EPT.

Assim, o inventário consolida-se como instrumento estratégico de gestão administrativa e educacional, qualificando decisões, reduzindo desperdícios e contribuindo para a sustentabilidade institucional e para as condições de oferta da EPT.

4.2.5 Dimensão Formativa, Pedagógica e Cultural da Gestão Patrimonial

Nesta categoria, discute-se a dimensão formativa, pedagógica e cultural da gestão patrimonial, evidenciando como o inventário pode assumir caráter educativo ao mobilizar a comunidade acadêmica e promover corresponsabilidade institucional.

Nesse sentido, Moura (2016) destaca que a Educação Profissional e Tecnológica se orienta pela formação humana integral, articulando conhecimentos técnicos, científicos e sociais. Assim, ao ser inserido no cotidiano institucional, o inventário patrimonial pode contribuir para processos formativos que ultrapassam a dimensão instrumental, favorecendo a construção de uma formação crítica e emancipadora.

A partir dessa compreensão, P1 relata a experiência de envolvimento de estudantes do curso de Administração no apoio à execução do inventário: *“A solução foi usar estudantes do curso de Administração para dar um apoio operacional.”* Além disso, o mesmo participante destaca o impacto formativo da vivência prática: *“A hora que os estudantes viram que a gestão de bens envolvia problemas concretos, eles passaram a se envolver mais.”* (P1)

Na mesma direção, P3 reforça que, embora frequentemente percebido como procedimento administrativo, o inventário repercute diretamente nos espaços pedagógicos: *“Ele repercute em laboratório, sala, equipamentos e condição de oferta.”* (P3)

Por outro lado, ampliando essa análise para o plano cultural, P4 e P5 apontam que a dimensão cultural depende da construção de rotinas e da conscientização dos usuários: *“A cultura precisa ser construída”* (P4). *“Os usuários precisam incorporar isso no dia a dia”* (P5).

Dessa forma, observa-se que a dimensão formativa não se limita à participação pontual em atividades operacionais, mas envolve a construção de práticas institucionais compartilhadas, nas quais os sujeitos passam a compreender seu papel na gestão do patrimônio público.

Nesse contexto, Pacheco (2015) ressalta que os Institutos Federais se constituem como espaços formativos que articulam ensino, trabalho e realidade social, o que reforça que práticas institucionais, como o inventário patrimonial, podem assumir

dimensão pedagógica ao promover o envolvimento dos sujeitos com os processos institucionais.

Assim, a dimensão formativa emerge quando o inventário é compreendido como prática institucional educativa, articulando saberes técnicos, responsabilidades públicas e cultura organizacional.

4.2.6 Produto Educacional como Estratégia de Mediação, Orientação e Apoio Institucional

As evidências empíricas sustentam a proposição do produto educacional como resposta às lacunas identificadas no campo. Nesse sentido, P2 destaca a ausência de instrumentos institucionais de orientação: *“Esse tipo de ferramenta é algo que hoje a gente não tem nada parecido dentro da instituição.”* (P2)

De forma convergente, P5 reforça fragilidades no acompanhamento dos detentores de carga: *“Em momento nenhum existe uma ferramenta, não existe uma conversa”* (P5). Além disso, P4 complementa ao indicar que um guia orientador poderia reduzir retrabalho e divergências: *“Se o guia conseguir orientar um padrão mínimo, isso já vai reduzir muito retrabalho.”* (P4)

A partir dessas evidências, observa-se que a ausência de instrumentos de orientação e comunicação institucional compromete não apenas a execução do inventário, mas também a circulação de informações entre os diferentes atores envolvidos. Nesse contexto, o princípio da publicidade, previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), assume papel central ao reforçar a necessidade de dar visibilidade às informações e aos procedimentos administrativos, possibilitando maior compreensão e acesso por parte dos usuários.

Associado a isso, a transparência se apresenta como elemento fundamental para qualificar essa comunicação institucional, permitindo que os processos sejam compreendidos de forma clara e acessível, enquanto a eficiência, em sua acepção ampliada, se manifesta na capacidade de organizar informações e orientar práticas de modo a reduzir retrabalho e qualificar a atuação institucional.

Assim, o produto educacional emerge como estratégia de mediação entre usuários, gestores e setor patrimonial, contribuindo para a padronização possível, o

fortalecimento da cultura patrimonial e a consolidação do inventário como processo contínuo.

Dessa forma, as categorias analisadas evidenciam diferentes dimensões que atravessam o inventário no contexto institucional, revelando tanto seus desafios operacionais quanto suas potencialidades para a gestão pública educacional.

A partir dos depoimentos dos participantes, torna-se possível compreender como o inventário se articula às rotinas administrativas, às responsabilidades institucionais e às condições materiais que sustentam o funcionamento da unidade, evidenciando seu papel para além do controle formal dos bens. Com base nessas evidências empíricas e nas análises desenvolvidas, a seção seguinte apresenta uma síntese interpretativa das categorias, articulando os principais achados da pesquisa.

4.3 Síntese Interpretativa das categorias

A análise das entrevistas e das categorias construídas ao longo desta seção permite retomar o objetivo central desta pesquisa, que consiste em compreender de que forma o inventário patrimonial pode contribuir para o desenvolvimento e a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica no IFMG.

Os resultados evidenciam que o inventário patrimonial não se restringe a um procedimento administrativo de verificação de bens, mas se insere em um conjunto mais amplo de práticas institucionais que envolvem estruturação institucional, governança, produção de informações para tomada de decisão e fortalecimento da cultura organizacional, evidenciando a corresponsabilidade na gestão dos bens públicos.

A análise das categorias revelou que o inventário patrimonial, no contexto do IFMG, ultrapassa o caráter burocrático e se configura como processo institucional complexo, atravessado por dimensões estruturais, organizacionais, informacionais e formativas. Nesse sentido, as categorias de estruturação institucional da gestão patrimonial, responsabilidades e governança, e limitações operacionais e desigualdades institucionais evidenciam que sua efetividade depende da consolidação institucional, da clareza de responsabilidades e da atuação articulada entre os diferentes atores. Os dados indicam, ainda, que esse processo exige o enfrentamento das limitações operacionais e das desigualdades institucionais entre os campi.

Ao mesmo tempo, os resultados demonstram que o inventário assume função estratégica ao produzir informações qualificadas para planejamento e tomada de decisão, com impactos diretos sobre a gestão administrativa e sobre as condições materiais que sustentam os ambientes pedagógicos na EPT. Essa dimensão, associada à produção e organização das informações, permite compreender o inventário como elemento que contribui para a qualificação das decisões institucionais, em consonância com uma concepção ampliada de eficiência na administração pública.

Nesse cenário, a dimensão formativa da gestão patrimonial emerge como potencialidade, especialmente quando o inventário é compreendido como prática educativa e de aprendizagem institucional. As categorias relacionadas à dimensão formativa, pedagógica e cultural, bem como à proposição do produto educacional, evidenciam que o inventário pode atuar como espaço de formação, promovendo a articulação entre conhecimentos técnicos, responsabilidades públicas e cultura institucional, em alinhamento com os princípios da EPT.

Assim, de forma integrada, as categorias analisadas indicam que o inventário patrimonial se constitui como processo institucional estratégico, que articula gestão administrativa, organização dos espaços educativos e formação dos sujeitos, contribuindo para o desenvolvimento e a qualidade da EPT no âmbito do IFMG.

4.4 Base Normativa x Prática Institucional do Inventário Patrimonial

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permite avançar para uma leitura articulada entre a base normativa da gestão patrimonial e sua operacionalização no contexto institucional do IFMG. Ao confrontar os documentos institucionais analisados com os dados empíricos obtidos nas entrevistas, evidencia-se um conjunto de convergências e distanciamentos entre o que é formalmente estabelecido e o que se concretiza nas práticas administrativas.

Do ponto de vista normativo, observa-se que o IFMG dispõe de diretrizes estruturadas que definem responsabilidades, formalizam comissões de inventário, estabelecem procedimentos e reforçam a obrigatoriedade da realização periódica do inventário. No entanto, a análise empírica revela que a execução dessas diretrizes ocorre de forma desigual entre as unidades. Um exemplo, refere-se à própria realização do inventário

como processo contínuo: enquanto os normativos indicam a necessidade de atualização permanente das informações, os depoimentos evidenciam que, na prática, o inventário ainda é frequentemente tratado como atividade pontual, concentrada em períodos específicos e marcada por sobrecarga operacional.

Outro ponto de distanciamento diz respeito à padronização de procedimentos. Embora existam manuais e orientações institucionais, os participantes indicam que cada campus tende a organizar o processo conforme suas próprias condições, resultando em práticas heterogêneas entre as unidades. Ainda nessa direção, observa-se que a formalização de fluxos e rotinas não garante sua efetiva operacionalização, sendo recorrentes adaptações locais que comprometem a uniformidade do controle patrimonial.

Além disso, por exemplo, embora os normativos institucionais estabeleçam a corresponsabilidade entre diferentes atores, os depoimentos indicam que ainda persiste, em muitos contextos, a percepção de que o inventário é atribuição exclusiva do setor de patrimônio. Em complemento, identifica-se outra divergência relevante associada à priorização institucional do tema, uma vez que o inventário, embora normativamente obrigatório, nem sempre ocupa posição central na agenda administrativa das unidades.

Por outro lado, também se identificam convergências importantes entre a norma e a prática. Por exemplo, a utilização do SUAP como sistema institucional de registro e controle patrimonial é reconhecida pelos participantes como fundamental para a organização, rastreabilidade e integração das informações. De forma semelhante, a formalização das comissões de inventário, prevista nos normativos, encontra correspondência na prática institucional, ainda que sua atuação seja condicionada por limitações operacionais.

Outro elemento de alinhamento refere-se à existência de rotinas mínimas de controle patrimonial, como registro, movimentação e atualização de bens, que, mesmo com variações entre os campi, demonstram aderência às diretrizes institucionais. Além disso, observa-se uma aproximação quanto ao reconhecimento do potencial do inventário como instrumento de gestão, associado à organização dos recursos e ao

apoio à tomada de decisão, em consonância com o que é previsto nos documentos institucionais.

Essa articulação evidencia que o principal desafio não reside na ausência de normativos, mas na necessidade de qualificar sua implementação no cotidiano institucional. Os distanciamentos observados expressam, sobretudo, limitações estruturais, organizacionais e culturais que dificultam a consolidação do inventário como processo contínuo e integrado.

Nesse contexto, o produto educacional proposto nesta pesquisa se insere como estratégia de mediação entre a base normativa e a prática institucional, contribuindo para a tradução das diretrizes em orientações acessíveis e para o fortalecimento de uma cultura de corresponsabilidade na gestão patrimonial.

Por fim, com o objetivo de sistematizar as evidências identificadas e tornar mais visível a relação entre o que é normativamente estabelecido e o que se materializa na prática institucional, apresenta-se o Quadro 4 – Articulação entre a base normativa e a prática institucional do inventário no IFMG. O quadro organiza, de forma sintética, os principais pontos de convergência e distanciamento entre a base normativa da gestão patrimonial e sua operacionalização no IFMG, permitindo uma leitura comparativa dos elementos analisados ao longo desta seção.

Quadro 4 – Articulação entre a base normativa e a prática institucional do inventário no IFMG

Base Normativa	Prática Institucional
Definição formal de responsabilidades entre diferentes atores	Centralização das atividades no setor de patrimônio
Inventário previsto como processo contínuo e sistemático	Realização do inventário de forma pontual e concentrada em períodos específicos
Existência de manuais e orientações padronizadas	Adaptações locais e práticas heterogêneas entre os campi
Obrigatoriedade institucional do inventário patrimonial	Baixa priorização institucional em determinadas unidades
Formalização de comissões de inventário	Atuação condicionada por limitações operacionais

Fonte: Autoria própria.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento do produto educacional constitui etapa central desta pesquisa, pois materializa, em recurso formativo aplicado, os resultados obtidos nas análises teóricas e empíricas realizadas. Em consonância com a proposta dos mestrados profissionais, o produto foi concebido como instrumento de intervenção voltado à qualificação das práticas institucionais relacionadas à gestão patrimonial no IFMG.

Nesse contexto, foi elaborado um guia digital interativo destinado a orientar servidores, estudantes e comissões de inventário acerca dos fundamentos, procedimentos e responsabilidades relacionados ao inventário patrimonial. O material articula base normativa, explicações conceituais e orientações práticas, incorporando recursos interativos — como esquemas explicativos, vídeos e quizzes —, estando disponível para acesso por meio do link apresentado no Apêndice D – Produto Educacional (Link de Acesso).

Figura1 – Capa do Produto Educacional – Guia Digital Interativo



Fonte: Autoria própria

5.1 Concepção do Produto Educacional

O Produto Educacional desta pesquisa, intitulado *Inventário Patrimonial: orientações, sentidos e responsabilidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica*, foi concebido como material didático-instrucional digital interativo, classificado como Produção Técnica Tecnológica (PTT), conforme diretrizes do ProfEPT. A elaboração do guia articula-se diretamente à problemática investigada nesta dissertação, que compreende o inventário patrimonial não apenas como procedimento administrativo obrigatório, mas como dimensão estruturante da organização institucional.

Parte-se do entendimento de que a gestão patrimonial, embora frequentemente percebida como atividade técnico-burocrática, incide diretamente sobre as condições concretas de realização do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, constitui mediação material do direito à educação pública, gratuita e socialmente referenciada. O produto educacional não se limita a sistematizar orientações normativas; propõe deslocamento conceitual do inventário como obrigação formal para prática institucional formativa, estratégica e corresponsável.

A concepção do guia fundamenta-se em abordagem formativa e estrutura modular progressiva, permitindo leitura sequencial ou consulta pontual. Essa opção metodológica considera a heterogeneidade institucional do IFMG, que abrange estudantes do ensino técnico integrado, da graduação e da pós-graduação, além de servidores com formações diversas e diferentes níveis de familiaridade com a gestão pública.

O material foi estruturado para atender múltiplos perfis institucionais, favorecendo utilização em ações formativas internas, reuniões setoriais, capacitações de comissões de inventário e processos de ambientação institucional.

A seção inicial, intitulada “Inventário Patrimonial e Educação Profissional e Tecnológica”, apresenta a fundamentação conceitual do produto. O inventário é abordado como dimensão constitutiva das condições materiais do processo educativo, articulando princípios da EPT, formação humana integral e projeto educativo institucional. Essa abordagem reforça a tese central da dissertação ao evidenciar que a gestão dos bens públicos integra o horizonte formativo da instituição e sustenta as condições objetivas de aprendizagem.

Na sequência, a seção “O Inventário Patrimonial no Cotidiano Institucional” desloca o debate do plano normativo para a prática institucional concreta. O inventário é apresentado como processo contínuo, presente no ingresso, uso, movimentação e conservação dos bens. Essa abordagem dialoga com os achados empíricos da pesquisa, que evidenciaram a necessidade de maior clareza formativa e fortalecimento da cultura organizacional voltada ao cuidado com o patrimônio público.

A base legal — composta por normativas federais e portarias institucionais — assegura consistência jurídica às orientações apresentadas. A legislação não é tratada de forma meramente expositiva; aparece articulada ao cotidiano institucional por meio de explicações contextualizadas, esquemas visuais e situações-problema. Nesse sentido, a norma é compreendida como instrumento de organização institucional, proteção dos sujeitos envolvidos e fortalecimento da governança pública.

A seção “Princípios Administrativos e Eficiência na Gestão Pública Educacional” amplia a densidade teórica ao relacionar o inventário patrimonial aos princípios constitucionais da Administração Pública — Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Ao evidenciar como esses princípios se materializam nas práticas inventariais, o guia reforça que a gestão patrimonial integra o compromisso ético-político da instituição com o interesse público.

A seção “Sistemas Institucionais – Inventário no IFMG”, ao abordar o SUAP e o SIADS, evidencia a dimensão sistêmica da governança patrimonial. O SUAP é apresentado como ferramenta operacional do cotidiano institucional, enquanto o SIADS assegura integração contábil e conformidade com os sistemas federais. Essa articulação reforça a compreensão do inventário como prática técnica integrada às estruturas administrativas mais amplas.

Na seção “Boas Práticas no Processo de Inventário Patrimonial”, fundamentos normativos são traduzidos em orientações concretas para diferentes atores institucionais — detentores de carga patrimonial, comissões de inventário, servidores e estudantes — consolidando a dimensão pedagógica do produto.

Por fim, a seção “Caminhos para uma Gestão Patrimonial Responsável” reúne materiais complementares, normas, sistemas e referências externas, reforçando o

caráter interativo e não linear do guia. Ao oferecer diferentes possibilidades de aprofundamento, o material respeita distintos níveis de conhecimento do público-alvo e fortalece sua função educativa.

No que se refere às escolhas tecnológicas, o produto foi desenvolvido em formato de site digital interativo, com possibilidade de exportação em PDF. A opção pelo ambiente digital permite navegação flexível, acesso multiplataforma e integração com recursos externos, favorecendo aprendizagem autônoma e contextualizada. O acesso por computador, tablet ou smartphone amplia a democratização do conteúdo e fortalece sua replicabilidade institucional.

A natureza digital do produto também permite atualização ágil sempre que ocorrerem alterações normativas ou mudanças nos fluxos institucionais. Esse aspecto contribui para a sustentabilidade do material, evitando sua obsolescência e possibilitando revisões periódicas alinhadas às necessidades institucionais. A atualização contínua pode ocorrer em articulação com o setor de patrimônio e com a gestão administrativa, mantendo o conteúdo compatível com a realidade institucional.

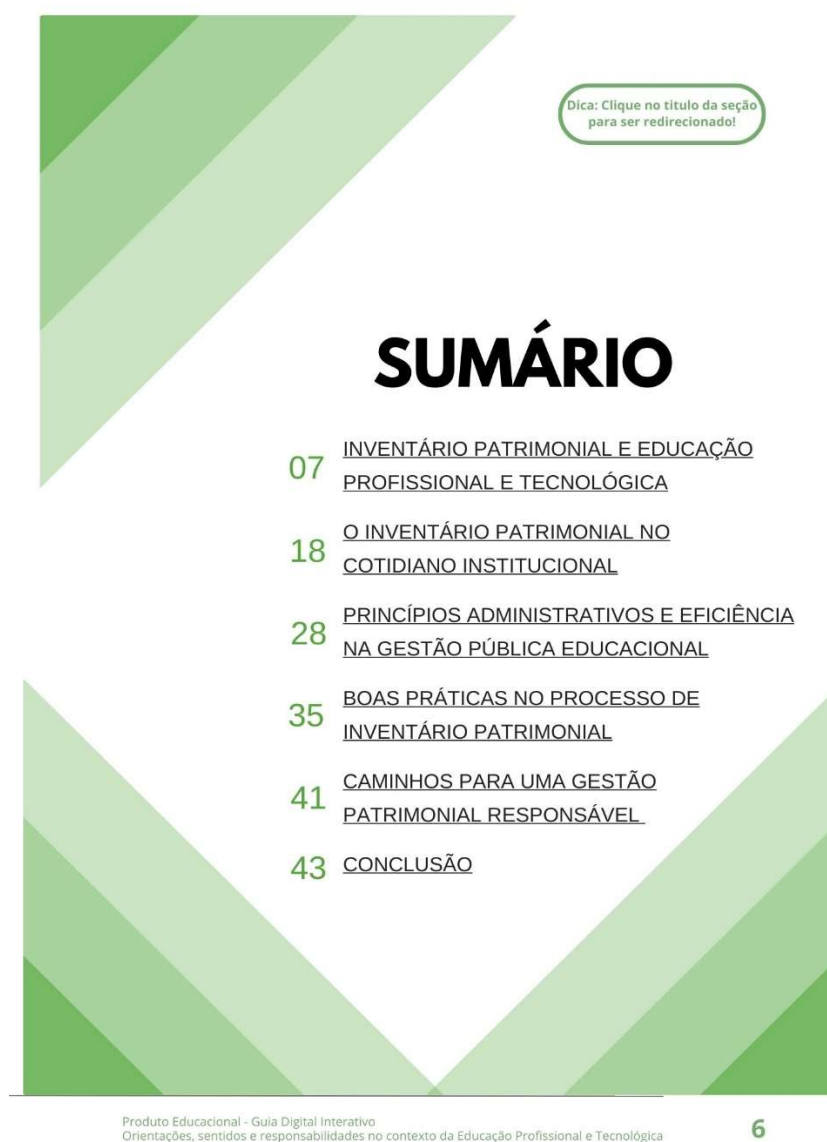
A identidade visual foi construída em diálogo com a paleta cromática institucional do IFMG, com predominância de tons verdes associados à marca da instituição. Essa escolha reforça pertencimento e reconhecimento institucional do material como instrumento formativo. O uso de esquemas visuais, checklists, fluxogramas e links externos favorece a fluidez da leitura e a apropriação prática do conteúdo.

O produto não substitui normativas internas ou manuais técnicos específicos, mas atua como material complementar de sensibilização e orientação formativa. A efetividade do guia depende da articulação com práticas institucionais e do engajamento dos sujeitos envolvidos, consolidando-se como instrumento de qualificação das práticas de gestão patrimonial.

A institucionalização do produto pode ocorrer por meio de sua incorporação às ações formativas internas do IFMG, especialmente nos processos de ambientação de novos servidores, capacitação de comissões de inventário e reuniões administrativas relacionadas à gestão patrimonial. O guia pode ser disponibilizado nos canais institucionais oficiais, como o site do IFMG.

A utilização do material em ciclos formativos periódicos favorece a consolidação de práticas institucionais orientadas à gestão responsável do patrimônio público. A natureza digital e interativa do produto facilita disseminação e integração às rotinas administrativas. Ao materializar os achados da pesquisa em recurso formativo concreto, o guia consolida a contribuição social da dissertação. Nesse sentido, a Figura 2 apresenta a estrutura e a organização das seções do guia digital, evidenciando a disposição progressiva dos conteúdos.

Figura 2 – Estrutura e organização das seções do guia digital



Dica: Clique no título da seção para ser redirecionado!

SUMÁRIO

07	<u>INVENTÁRIO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</u>
18	<u>O INVENTÁRIO PATRIMONIAL NO COTIDIANO INSTITUCIONAL</u>
28	<u>PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS E EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL</u>
35	<u>BOAS PRÁTICAS NO PROCESSO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL</u>
41	<u>CAMINHOS PARA UMA GESTÃO PATRIMONIAL RESPONSÁVEL</u>
43	<u>CONCLUSÃO</u>

Produto Educacional - Guia Digital Interativo
Orientações, sentidos e responsabilidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica

6

Fonte: Autoria própria

5.2 Objetivos do Produto Educacional

O objetivo geral do produto educacional consiste em contribuir para a formação institucional acerca do inventário patrimonial no IFMG, promovendo uma compreensão ampliada de seus fundamentos normativos, administrativos e pedagógicos, bem como de sua relevância estratégica para a consolidação dos princípios que orientam a EPT.

De forma articulada, o guia busca qualificar a compreensão dos servidores acerca do inventário como prática institucional estratégica, fortalecendo a responsabilidade compartilhada na gestão dos bens públicos. Além disso, sistematiza orientações sobre rotinas e procedimentos, favorecendo maior clareza nos fluxos administrativos. Assim, a Figura 3 apresenta a síntese dos objetivos do guia digital interativo.

Figura 3 – Objetivo do guia digital interativo


Objetivos de aprendizagem do guia

- ✓ Compreender o papel estratégico do inventário patrimonial no IFMG;
- ✓ Reconhecer sua corresponsabilidade no cuidado com os bens públicos;
- ✓ Identificar boas práticas relacionadas à gestão patrimonial no cotidiano institucional;
- ✓ Relacionar inventário patrimonial, projeto educativo e princípios da Administração Pública;

Ao desenvolver essas competências, o leitor amplia sua compreensão sobre a gestão do patrimônio público como parte integrante do compromisso coletivo com a educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada.

Este material pode ser utilizado:

- como instrumento de sensibilização institucional em ações formativas, reuniões de setores e encontros de comissões de inventário;
- como apoio a servidores que atuam diretamente com gestão patrimonial, almoxarifado e controle de bens;
- como recurso educativo para estudantes, especialmente em atividades de ambientação institucional, projetos de extensão e formação cidadã;
- como fonte de consulta rápida, por meio de checklists, quadros de síntese e links para aprofundamento.



Leonardo Junio Ferreira

Produto Educacional - Guia Digital Interativo
Orientações, sentidos e responsabilidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica

3

Fonte: Autoria própria

Simultaneamente, o guia explicita a relação entre gestão patrimonial, planejamento institucional e projeto educativo, demonstrando que o uso responsável dos bens públicos impacta diretamente a qualidade das condições de oferta educativa.

5.3 Metodologia de Construção do Produto

A construção do produto educacional constituiu etapa articulada e indissociável do percurso metodológico desta pesquisa, configurando-se como desdobramento aplicado das análises teóricas e empíricas desenvolvidas ao longo da dissertação. Sua elaboração foi orientada pelos resultados e pelas categorias analíticas emergentes do estudo, garantindo coerência entre diagnóstico institucional e proposta formativa.

Inicialmente, realizou-se levantamento teórico e documental, contemplando revisão bibliográfica acerca da gestão patrimonial na Administração Pública, do inventário como instrumento de controle e governança, dos princípios constitucionais que orientam a administração pública e dos fundamentos da EPT, especialmente no que se refere à formação humana integral e às condições materiais do processo educativo.

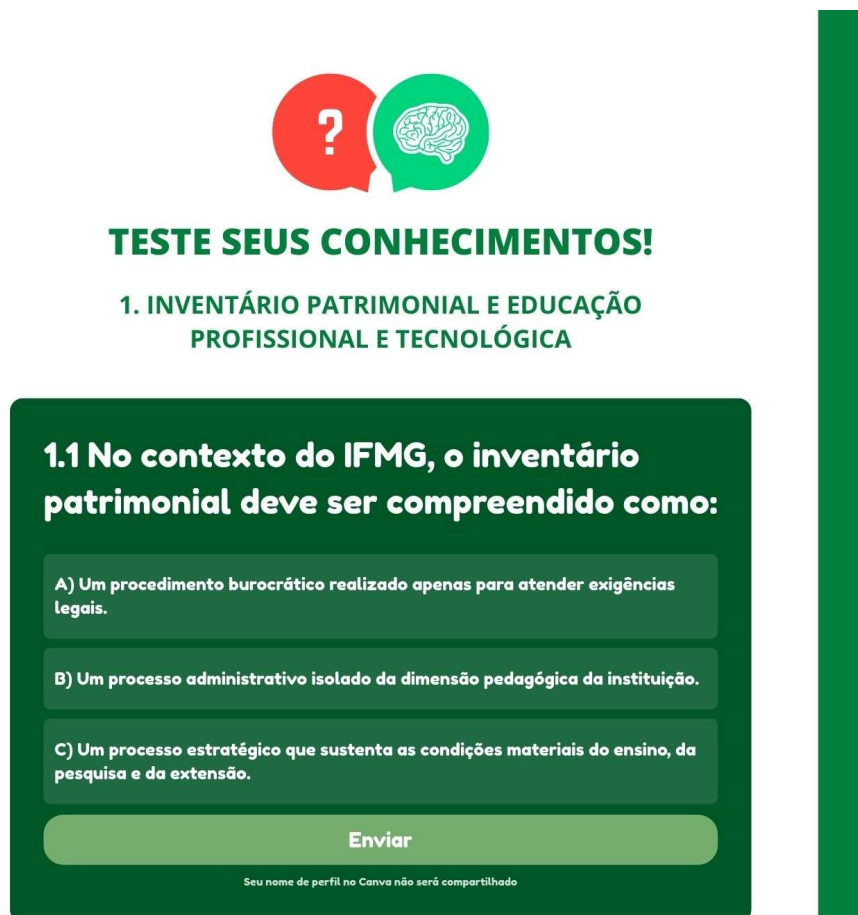
Procedeu-se, paralelamente, à análise dos normativos institucionais do IFMG, incluindo portarias, regulamentos e documentos orientadores da gestão patrimonial, com o objetivo de assegurar rigor conceitual e aderência institucional ao conteúdo do produto. Na etapa seguinte, a análise dos dados empíricos obtidos por meio de entrevistas e documentos institucionais permitiu identificar fragilidades, lacunas formativas e necessidades institucionais relacionadas à compreensão do inventário.

As categorias analíticas evidenciaram, entre outros aspectos, a necessidade de maior clareza nos fluxos institucionais, fortalecimento da cultura de corresponsabilidade e ampliação da compreensão do inventário como prática estratégica. Esses achados orientaram a definição dos conteúdos, a seleção das abordagens didáticas e a organização temática do guia.

Com base nessas evidências, estruturou-se o produto em organização modular progressiva, integrando fundamentação conceitual, base normativa, explicitação de fluxos operacionais e recursos didáticos que favorecessem a apropriação prática do conteúdo. A inclusão de quizzes, esquemas visuais, checklists, situações-problema e

links para aprofundamento foi intencionalmente planejada como estratégia pedagógica para traduzir conceitos abstratos em orientações aplicáveis ao cotidiano institucional. Nesse sentido, a Figura 4 apresenta um exemplo de recurso didático e interativo incorporado ao guia.

Figura 4 – Recursos didáticos e interativos do guia



TESTE SEUS CONHECIMENTOS!

1. INVENTÁRIO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1.1 No contexto do IFMG, o inventário patrimonial deve ser compreendido como:

A) Um procedimento burocrático realizado apenas para atender exigências legais.

B) Um processo administrativo isolado da dimensão pedagógica da instituição.

C) Um processo estratégico que sustenta as condições materiais do ensino, da pesquisa e da extensão.

Enviar

Seu nome de perfil no Canva não será compartilhado

EXPLICAÇÃO

O guia evidencia que o inventário vai além da formalidade administrativa. Ao assegurar o conhecimento, o controle e o acompanhamento dos bens institucionais, ele fortalece o planejamento, a organização dos espaços pedagógicos e a efetivação do projeto educativo, alinhando-se aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, procedeu-se ao desenvolvimento digital do produto em ambiente interativo, assegurando navegabilidade intuitiva, acessibilidade multiplataforma, identidade visual alinhada à instituição e possibilidade de atualização contínua.

5.4 Estrutura e Organização do Produto

O produto educacional organiza-se em módulos interdependentes, estruturados de forma progressiva e articulada, com a finalidade de integrar fundamentação conceitual, base normativa e orientações operacionais em um mesmo percurso formativo. Essa organização não é meramente distributiva de conteúdos, mas intencionalmente pedagógica, pois busca conduzir o leitor da compreensão teórica ampliada do inventário patrimonial à sua aplicação no cotidiano institucional. A estrutura foi concebida para atender tanto a processos formativos sistematizados quanto à utilização como material de consulta institucional.

O primeiro eixo aborda a gestão patrimonial e o inventário no IFMG, estabelecendo os fundamentos conceituais e administrativos que situam o inventário como instrumento de governança e controle público. Em seguida, a relação entre inventário patrimonial e EPT aprofunda a dimensão pedagógica do tema, articulando-o aos princípios da formação humana integral e ao projeto educativo institucional. A base legal e os fundamentos institucionais são apresentados de forma contextualizada, evidenciando que a normatividade constitui parte estruturante da organização administrativa e da segurança jurídica dos processos.

Na continuidade, o produto detalha fluxos, responsabilidades e boas práticas, explicitando papéis institucionais e traduzindo princípios normativos em orientações concretas de conduta. A seção dedicada ao inventário no cotidiano institucional reforça a compreensão do processo como prática permanente, presente nas rotinas administrativas e pedagógicas, superando a visão restrita de evento anual ou atividade concentrada em comissões específicas. A apresentação dos sistemas de gestão patrimonial — SUAP e SIADS — amplia a compreensão da dimensão técnico-operacional do inventário.

Por fim, a inclusão de materiais complementares e referências consolida o caráter formativo e interativo do guia, oferecendo possibilidades de aprofundamento conforme o nível de interesse ou responsabilidade institucional. Essa estrutura reflete a

compreensão do inventário como processo contínuo, sistêmico e integrado à dinâmica institucional, reafirmando sua natureza estratégica na sustentação das condições materiais do projeto educativo e na consolidação de uma cultura organizacional orientada à corresponsabilidade e à eficiência. Nesse sentido, a Figura 5 apresenta links e recursos para compreensão e aprofundamento dos conteúdos do guia.

Figura 5 – Links para compreensão e aprofundamento

Materiais, normas e sistemas para consulta e prática institucional

Esta seção reúne os principais documentos normativos, canais institucionais e sistemas utilizados no IFMG que apoiam a compreensão e a prática do inventário patrimonial. Utilize os links conforme sua necessidade:

- informação geral,
- orientação normativa,
- apoio operacional no dia a dia.

Dica: Clique nos links para visualizar o conteúdo!

NORMAS INSTITUCIONAIS DO IFMG

• [Portaria IFMG nº 602/2020 – Regulamento da Gestão dos Bens Móveis do IFMG](#)

• [Portaria IFMG nº 652/2024 – Organização e procedimentos da Seção de Almoarifado e Patrimônio do IFMG](#)

BASE LEGAL FEDERAL RELACIONADA AO INVENTÁRIO PATRIMONIAL

• [Lei nº 4.320/1964 – Normas gerais de direito financeiro e controle patrimonial](#)

• [Decreto-Lei nº 200/1967 – Organização da Administração Pública Federal](#)

• [Instrução Normativa nº 205/1988 – Controle e inventário de bens permanentes](#)

• [Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal](#)

• [Lei nº 14.133/2021 – Licitações e Contratos Administrativos](#)

• [PRODUTO EDUCACIONAL SOBRE DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS E ELETRÔNICOS NO IFMG](#)

O produto educacional constitui, assim, a materialização da proposta desta pesquisa, ao apresentar um recurso formativo que articula fundamentos teóricos, normativos e operacionais em linguagem acessível e estrutura interativa. Ao propor uma abordagem que supera a compreensão do inventário como procedimento burocrático, o guia o insere como dimensão integrada ao projeto educativo da EP, reafirmando o compromisso do mestrado profissional com a qualificação da prática institucional.

5.5 Validação e Análise da Aplicação do Produto Educacional

Após a conclusão do produto educacional *Inventário Patrimonial: orientações, sentidos e responsabilidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica*, realizou-se etapa de validação junto a potenciais usuários institucionais, com o objetivo de analisar a pertinência, a clareza, a aplicabilidade e o potencial formativo do material. A avaliação foi realizada por meio de formulário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms, disponibilizado juntamente com o acesso ao guia digital.

Ao final do período de coleta foram registradas 26 respostas ao instrumento de avaliação. Participaram da validação estudantes e docentes do Campus Ribeirão das Neves, bem como servidores que atuam na área de patrimônio em diferentes campi do IFMG. Essa diversidade permite reunir percepções de diferentes posições institucionais.

O instrumento de avaliação foi organizado em seções temáticas que contemplam aspectos relacionados ao conteúdo, à organização do material, à aplicabilidade institucional e ao potencial formativo do guia. A seguir apresentam-se as análises das respostas obtidas em cada uma dessas dimensões.

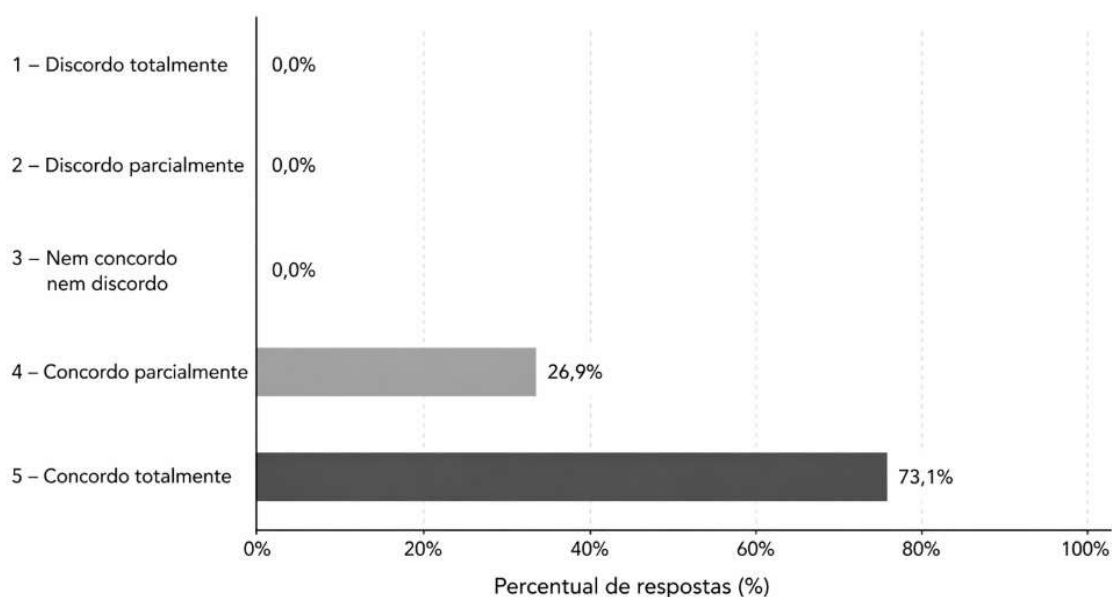
5.5.1 Avaliação do Conteúdo e Estrutura

A primeira seção do instrumento de avaliação, intitulada “*Avaliação do conteúdo e estrutura*”, teve como objetivo analisar a percepção dos participantes acerca da clareza, relevância e organização do produto educacional. Buscou-se compreender como o material foi percebido em relação à qualidade das informações apresentadas, à coerência entre os conteúdos e à possibilidade de utilização na instituição, especialmente no que se refere à sua aplicabilidade nas rotinas e práticas institucionais.

1.1 O produto é claro e de fácil compreensão?

Esta questão teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto à clareza do produto educacional, considerando se a linguagem, a organização textual e a estrutura do guia digital favorecem a compreensão dos conteúdos apresentados. A Figura 6 apresenta a distribuição das respostas dos participantes.

Figura 6 – Clareza e compreensão do produto educacional



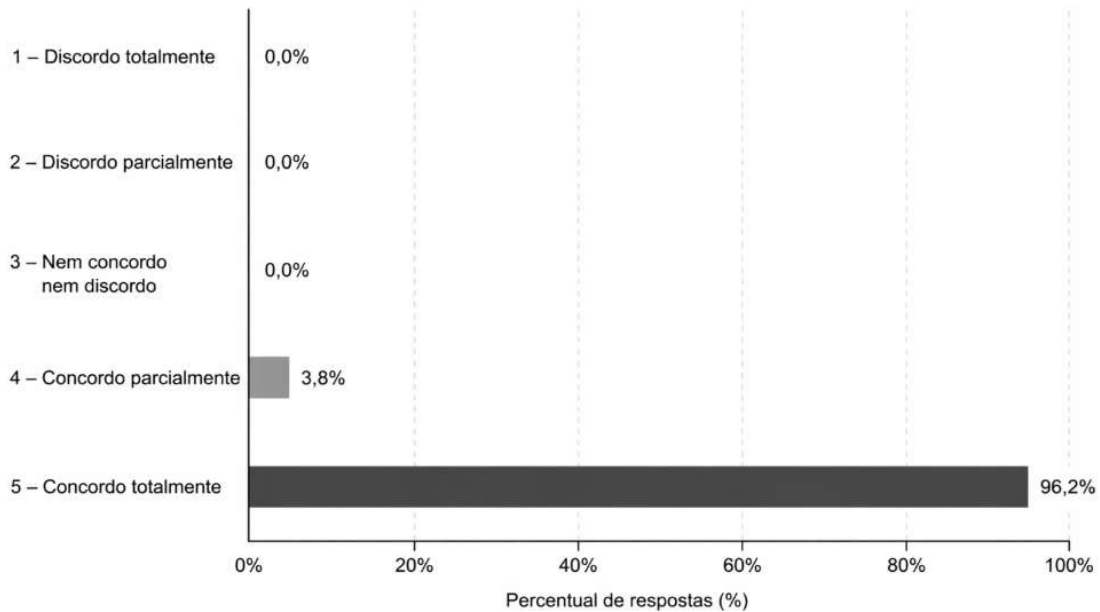
Fonte: Autoria própria

As respostas indicam avaliação positiva quanto à clareza do material evidenciando que a estrutura do guia e a apresentação das informações favorecem a compreensão do conteúdo. Observa-se que o produto educacional apresenta organização acessível, favorecendo o entendimento do inventário patrimonial no contexto institucional.

1.2 O conteúdo é relevante para o contexto institucional do IFMG?

Este item teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto à relevância do conteúdo do produto educacional, considerando sua adequação às demandas e práticas do contexto institucional. Buscou-se compreender em que medida o material dialoga com as rotinas administrativas e com os processos relacionados à gestão dos bens públicos, bem como sua utilidade como instrumento de orientação no cotidiano institucional. Nesse sentido, a Figura 7 apresenta a distribuição das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 7 – Relevância do conteúdo para o contexto institucional



Fonte: Autoria própria.

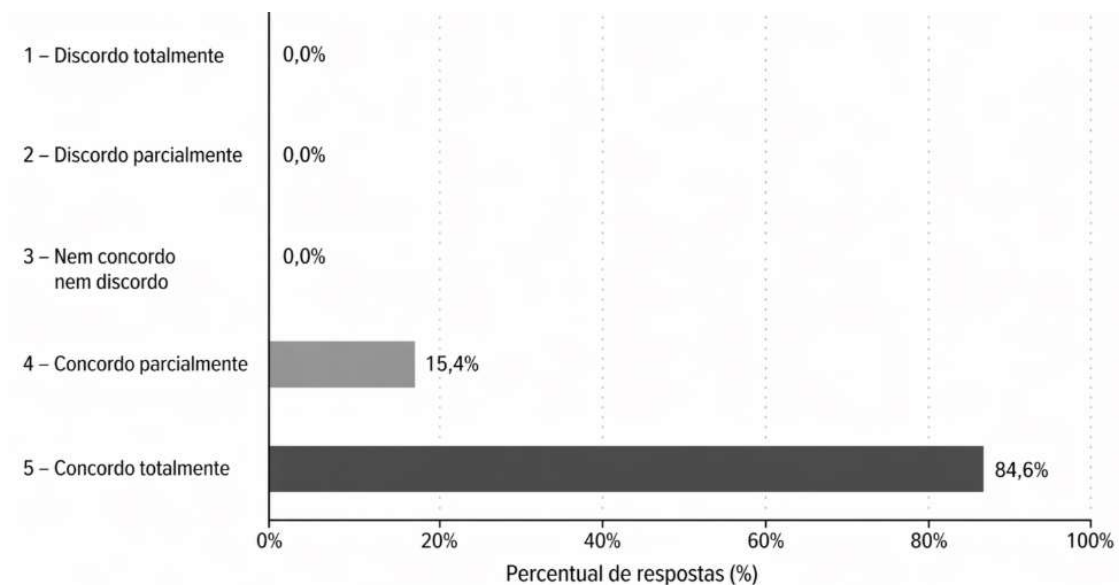
Os resultados evidenciam a pertinência do material para o cotidiano institucional, indicando que o conteúdo apresentado dialoga com as práticas administrativas e com os processos relacionados à gestão dos bens públicos. Observa-se que 25 participantes avaliaram positivamente o conteúdo, concentrando suas respostas nas opções “Concordo totalmente” e “Concordo parcialmente”, sendo que apenas um participante indicou concordância parcial, o que revela uma percepção amplamente favorável quanto à relevância do material. Esse padrão de respostas sugere que o guia é percebido como um recurso alinhado às demandas institucionais, reforçando sua utilidade como instrumento de orientação no âmbito da gestão patrimonial.

1.3 O guia articula inventário patrimonial e Educação Profissional e Tecnológica de forma coerente?

Esta pergunta teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto à coerência na articulação entre o inventário patrimonial e os fundamentos da EPT, considerando a capacidade do guia de integrar dimensões administrativas e formativas. Buscou-se, ainda, compreender em que medida essa articulação é percebida como significativa para o contexto educacional, especialmente no que se refere à relação entre a gestão dos bens públicos e as condições materiais que

sustentam as práticas educativas. Nesse sentido, a Figura 8 apresenta a distribuição das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 8 – Articulação entre inventário patrimonial e EPT



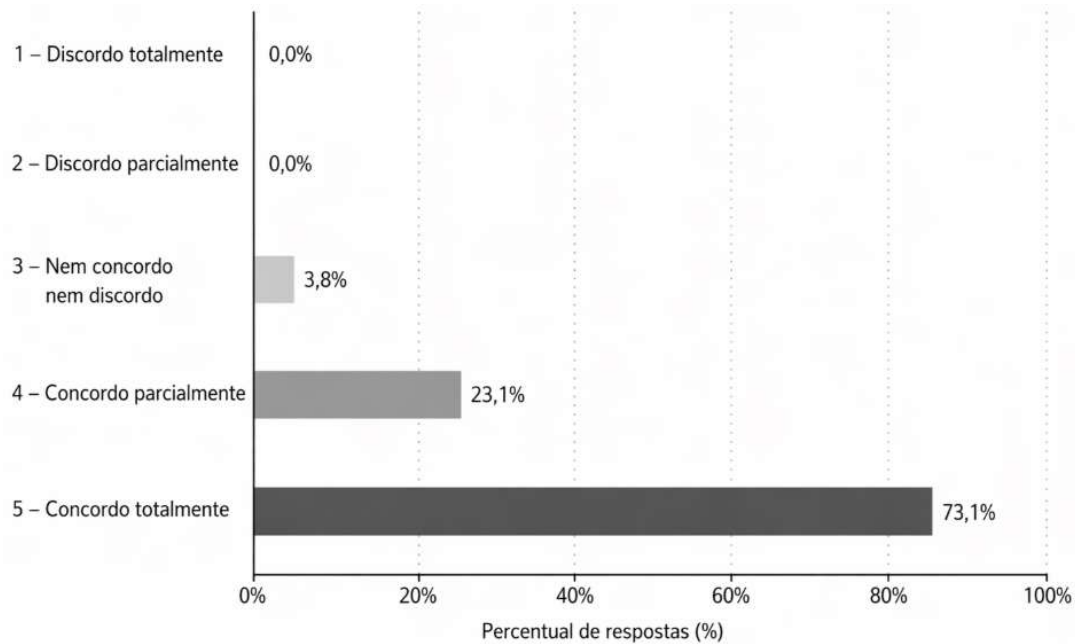
Fonte: Autoria própria.

As respostas indicam percepção favorável quanto à articulação entre o tema do inventário patrimonial e os fundamentos da EPT. Observa-se uma predominância de avaliações satisfatórias, sem registro de posicionamentos de discordância ou neutralidade, o que sugere consistência na forma como o conteúdo estabelece essa relação. Esse resultado indica que o guia contribui para ampliar a compreensão do inventário como prática institucional vinculada às condições materiais que sustentam o ensino, a pesquisa e a extensão.

1.4 A organização das seções facilita a leitura e navegação?

Esta questão teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto à organização estrutural do guia, considerando sua influência na leitura e na navegação entre os conteúdos. Buscou-se compreender em que medida a divisão em seções contribui para tornar o material mais acessível e funcional no contexto de uso, especialmente no que se refere à localização das informações e à fluidez da leitura. Nesse sentido, a Figura 9 apresenta o panorama das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 9 – Organização das seções e navegabilidade do guia

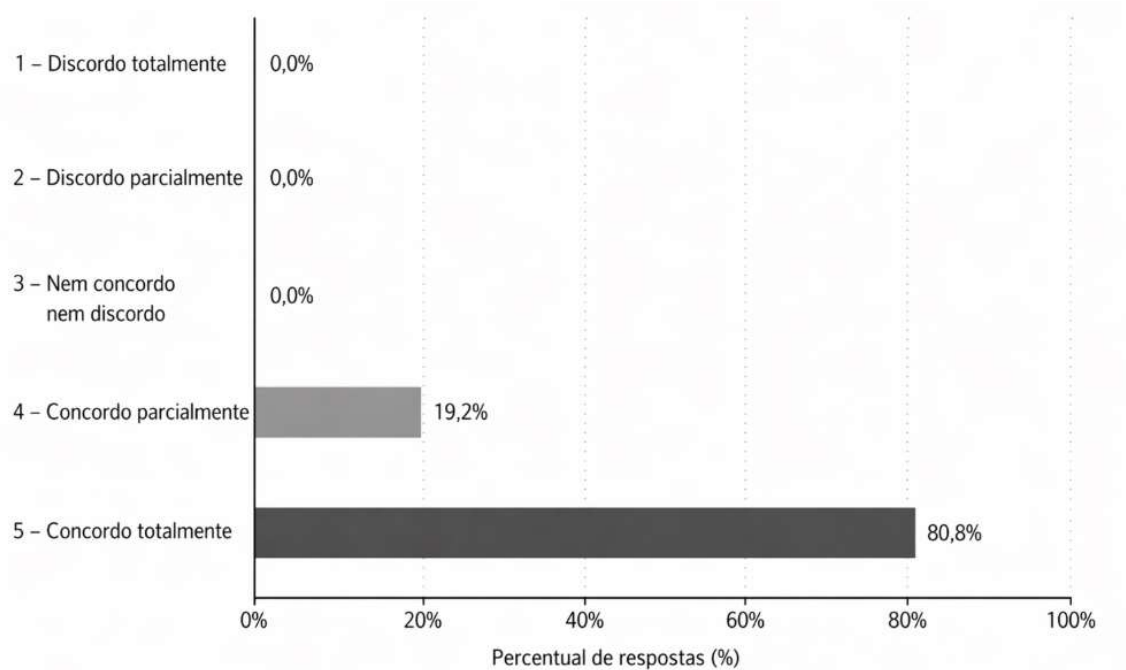


Fonte: Autoria própria.

Os participantes indicam percepção positiva quanto à organização das seções, apontando que a estrutura adotada facilita a leitura e a localização das informações. Observa-se, contudo, que apenas um respondente assinalou a opção “nem concordo nem discordo”, enquanto a maioria concordou parcial ou totalmente com a afirmação. Esse resultado indica que a organização do guia favorece tanto a leitura sequencial quanto a navegação por consulta, ampliando sua funcionalidade no uso institucional.

1.5 O conteúdo contribui para a aplicação prática no cotidiano institucional?

Esta questão teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto à contribuição do conteúdo do guia para sua aplicação prática no cotidiano institucional, considerando sua capacidade de orientar ações relacionadas à gestão patrimonial. Buscou-se compreender em que medida o material é percebido como útil para apoiar decisões e rotinas administrativas, especialmente no que se refere à organização das atividades e à condução de procedimentos vinculados ao inventário patrimonial. Nesse sentido, a Figura 10 apresenta a distribuição das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 10 – Contribuição do guia para a prática institucional

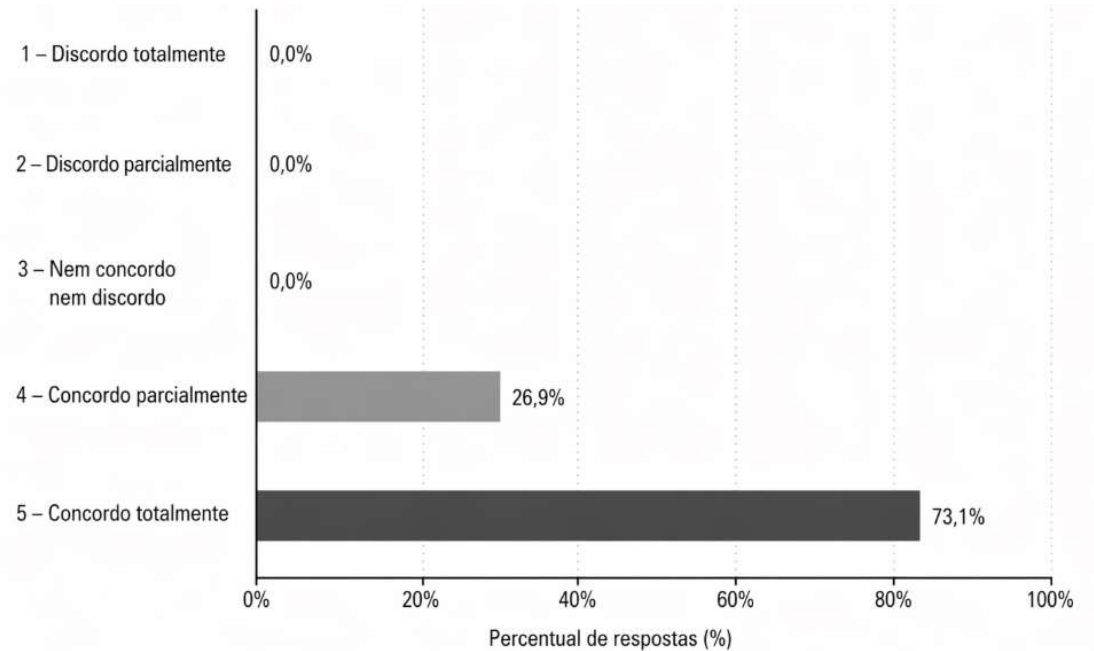
Fonte: Autoria própria.

As respostas indicam que o material é percebido como potencialmente aplicável às rotinas institucionais relacionadas à gestão patrimonial. Observa-se que as respostas concentram-se nas categorias de concordância, sem registros nas opções de discordância ou neutralidade, o que evidencia uma percepção consolidada quanto à utilidade prática do guia. Esse resultado sugere que o material pode contribuir para orientar práticas administrativas e ampliar a compreensão sobre responsabilidades relacionadas ao inventário patrimonial, favorecendo maior segurança na execução das atividades institucionais.

1.6 A linguagem é adequada aos diferentes públicos (servidores e estudantes)?

Esta pergunta teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto à adequação da linguagem do produto educacional, considerando sua capacidade de dialogar com diferentes públicos institucionais. Buscou-se compreender em que medida o material apresenta clareza e acessibilidade suficientes para atender tanto servidores quanto estudantes, ampliando sua efetividade como recurso formativo. Nesse sentido, a Figura 11 apresenta o panorama das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 11 – Adequação da linguagem do produto educacional



Fonte: Autoria própria.

Os participantes indicam que a linguagem utilizada no material é compreensível e adequada a diferentes públicos institucionais. Observa-se que as respostas concentram-se integralmente nas categorias de concordância, sem registros nas opções de discordância ou neutralidade, o que evidencia consistência na avaliação positiva da linguagem adotada.

Esse resultado reforça a intenção formativa do produto educacional, que busca dialogar tanto com servidores quanto com estudantes, ampliando o alcance institucional das orientações relacionadas ao inventário patrimonial.

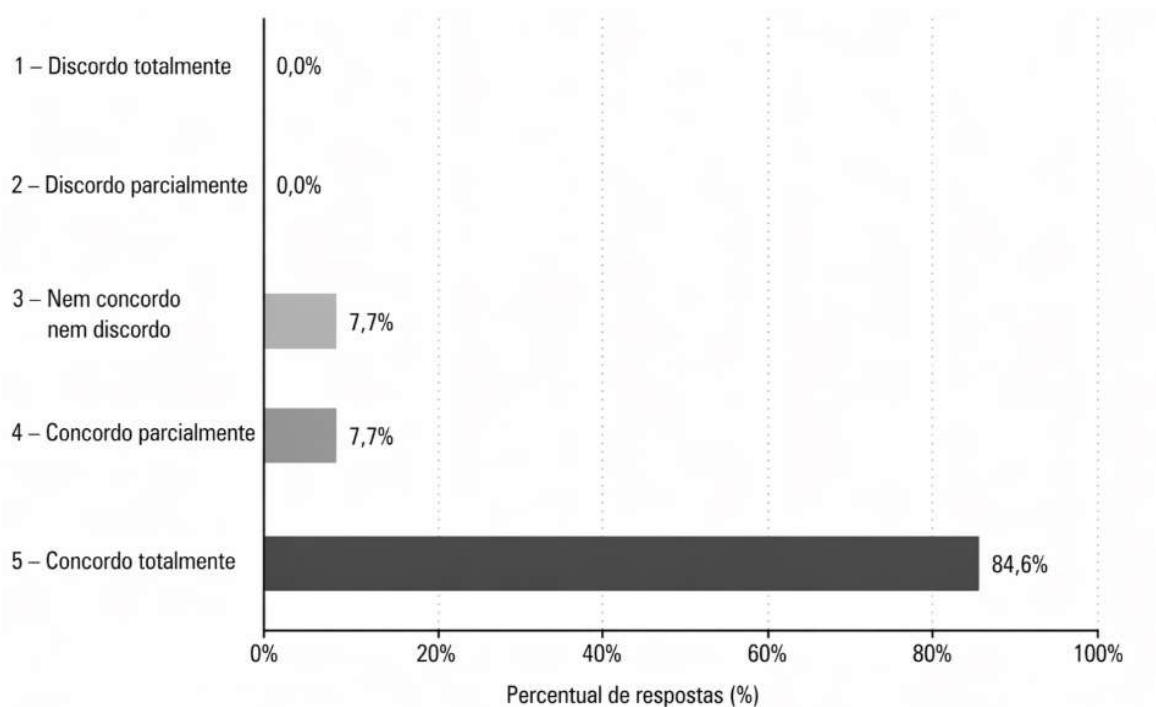
5.5.2 Aplicabilidade e Impacto

A segunda seção do instrumento de avaliação, intitulada “*Aplicabilidade e Impacto*”, teve como objetivo analisar a percepção dos participantes acerca do potencial de utilização do produto educacional no contexto institucional. Buscou-se compreender em que medida o guia pode contribuir para orientar ações formativas, fortalecer práticas institucionais relacionadas à gestão patrimonial e ampliar o alcance das orientações apresentadas no material.

2.1 O produto pode ser utilizado em ações formativas, reuniões ou orientações institucionais?

Esta questão teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto ao potencial de utilização do guia em diferentes contextos institucionais, especialmente em ações formativas, reuniões e orientações. Buscou-se, ainda, compreender em que medida o material pode ser incorporado às práticas institucionais como instrumento de apoio à organização e condução dessas atividades. Nesse sentido, a Figura 12 apresenta a distribuição das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 12 – Utilização do guia em ações formativas e orientações institucionais



Fonte: Autoria própria.

As respostas indicam uma percepção amplamente positiva quanto ao potencial de utilização do guia nesses contextos, com predominância de concordância total entre os participantes. Observa-se, contudo, que dois respondentes indicaram concordância parcial e outros dois assinalaram a opção “nem concordo nem discordo”, o que evidencia pequenas variações na percepção quanto à aplicabilidade do material.

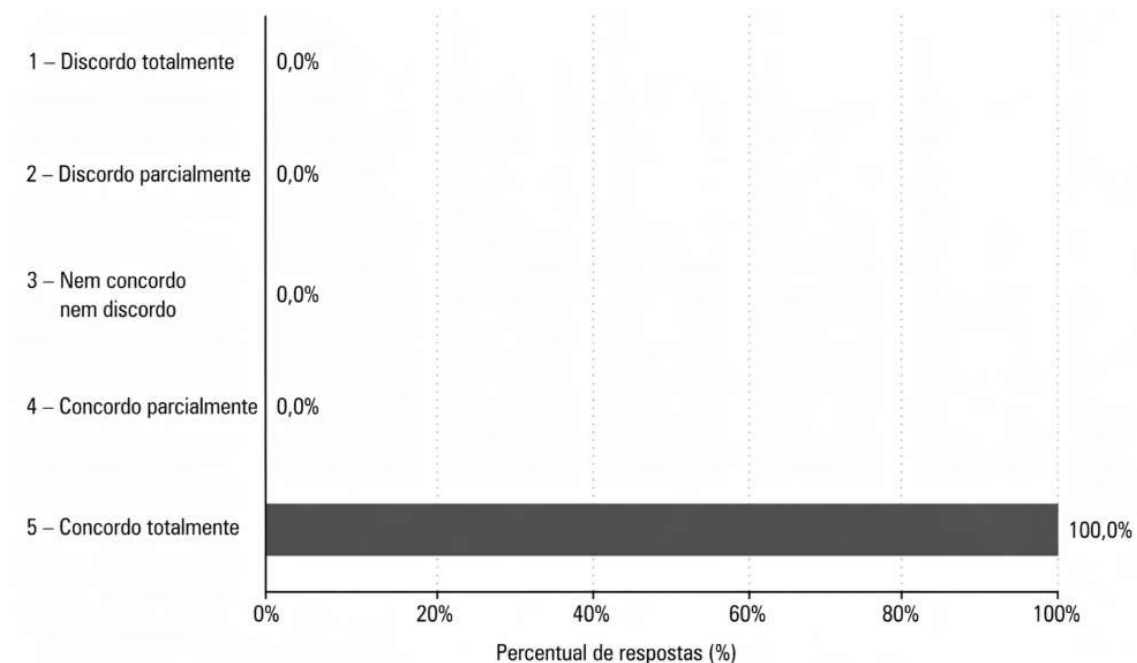
Ainda assim, os resultados sugerem que o material apresenta potencial de apoio a iniciativas formativas relacionadas à gestão patrimonial no contexto institucional,

especialmente no que se refere à orientação de práticas e à condução de atividades coletivas.

2.2 O guia pode contribuir para fortalecer a cultura de cuidado com o patrimônio público no IFMG?

Este item teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto ao potencial do guia para fortalecer a cultura institucional de cuidado com o patrimônio público. Buscou-se compreender em que medida o material contribui para sensibilizar os sujeitos institucionais quanto à responsabilidade coletiva na gestão dos bens públicos. Nesse sentido, a Figura 13 apresenta o panorama das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 13 – Contribuição do guia para a cultura de cuidado com o patrimônio público



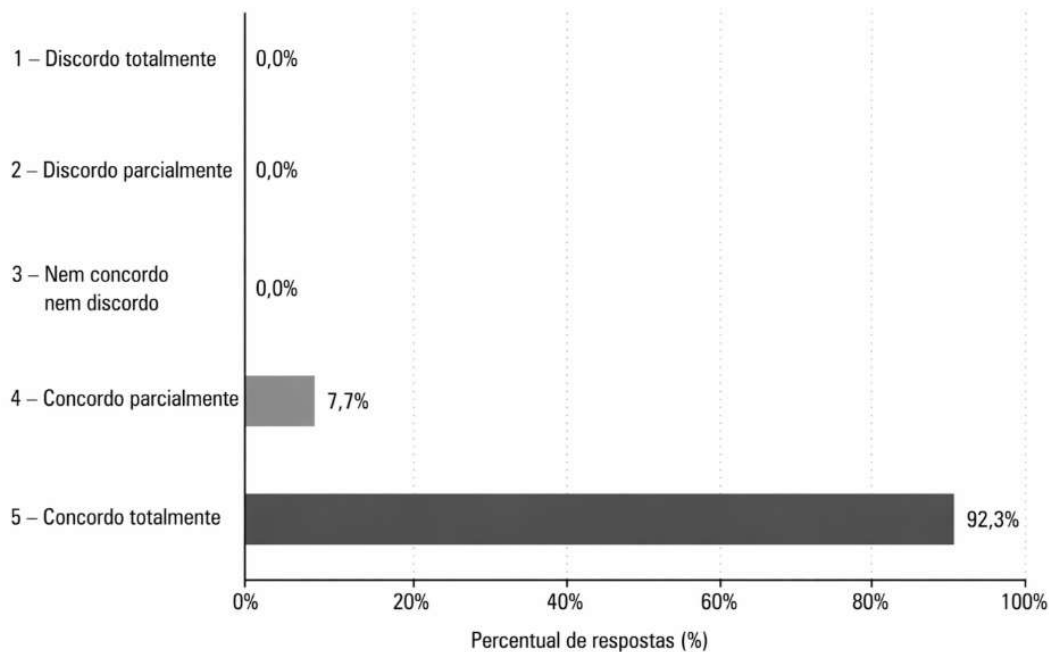
Fonte: Autoria própria.

Os resultados indicam concordância unânime quanto à contribuição do material para fortalecer a cultura institucional de cuidado com o patrimônio público. Essa percepção reforça o papel do produto educacional como instrumento de sensibilização e orientação sobre a responsabilidade coletiva na gestão dos bens públicos, indicando seu potencial para promover mudanças de comportamento e fortalecimento de práticas institucionais.

2.3 O produto apresenta potencial de replicação em outros campi ou instituições?

Esta pergunta teve como objetivo avaliar a percepção dos participantes quanto ao potencial de replicação do produto educacional em diferentes contextos institucionais. Buscou-se compreender em que medida o material pode ser adaptado e utilizado em outras unidades ou instituições com características semelhantes. Nesse sentido, a Figura 14 apresenta a distribuição das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 14 – Potencial de replicação do produto educacional



Fonte: Autoria própria.

As respostas indicam uma percepção amplamente favorável quanto ao potencial de replicação do produto educacional, com predominância de respostas na categoria “Concordo totalmente” e registro pontual de concordância parcial. Esse resultado sugere que o material apresenta características que permitem sua utilização em diferentes contextos institucionais relacionados à gestão patrimonial, evidenciando sua adaptabilidade e potencial de ampliação de alcance.

5.5.3 Avaliação Qualitativa

A terceira seção do instrumento de avaliação contemplou questões abertas, buscando identificar percepções qualitativas dos participantes acerca do produto educacional. Essa etapa teve como objetivo captar impressões mais amplas sobre o material,

“didático”, “prático”, “objetivo” e “organização”, além de expressões relacionadas à clareza das informações, à acessibilidade da linguagem e à aplicabilidade do conteúdo no cotidiano institucional.

Observam-se, ainda, termos vinculados ao campo da gestão pública e da gestão patrimonial, como “responsabilidade patrimonial”, “patrimônio público” e “gestão patrimonial”, indicando que os participantes reconheceram no material uma contribuição para a compreensão das responsabilidades relacionadas à gestão dos bens institucionais.

A recorrência de palavras como “educativo”, “informativo”, “explicativo”, “dinâmico” e “inovador” reforça que o produto não foi percebido apenas como material de consulta, mas como recurso formativo com potencial para apoiar processos de orientação e sensibilização institucional. De modo geral, os termos utilizados pelos respondentes convergem para características positivas do guia, especialmente no que se refere à clareza das informações, à utilidade prática e à organização do conteúdo.

Para fins de interpretação analítica, os termos mencionados foram agrupados em categorias de sentido, considerando aproximações semânticas entre as palavras apresentadas pelos participantes. Esse procedimento aproxima-se da etapa de categorização proposta por Bardin (2011) na Análise de Conteúdo, permitindo organizar os dados qualitativos em dimensões interpretativas.

Nesse sentido, identificaram-se quatro eixos predominantes: clareza da informação, caráter didático do material, aplicabilidade prática e interatividade do produto educacional. Esses eixos sintetizam as percepções dos participantes, evidenciando a articulação entre aspectos formativos, organizacionais e práticos do material desenvolvido.

3.2 Em sua opinião, quais são os principais pontos fortes e fracos do produto?

Este item teve como objetivo identificar, a partir da percepção dos participantes, os principais pontos fortes e limitações do produto educacional. Buscou-se compreender quais aspectos são reconhecidos como potencialidades do guia, bem como possíveis fragilidades que possam orientar seu aprimoramento. Assim, o Quadro 5 apresenta a síntese das respostas organizadas a partir das contribuições dos participantes.

Quadro 5 – Síntese dos principais pontos fortes e limitações do produto educacional segundo os participantes

Categoria	Síntese das percepções dos participantes
Interatividade e recursos digitais	Os participantes destacaram o caráter interativo do guia, com navegação por menus, links e recursos visuais que tornam a leitura mais dinâmica e atrativa.
Clareza e linguagem acessível	Diversos respondentes ressaltaram a clareza das explicações e o uso de linguagem acessível, o que facilita a compreensão do conteúdo por diferentes públicos da instituição.
Organização e estrutura do material	O guia foi percebido como bem organizado, com conteúdo estruturado, uso de checklists, tópicos e recursos visuais que auxiliam na compreensão do processo de inventário patrimonial.
Contribuição para a gestão patrimonial	Alguns participantes indicaram que o material pode contribuir para a melhoria da gestão de bens públicos, auxiliando na tomada de decisão, planejamento de aquisições e fortalecimento da responsabilidade institucional.
Acessibilidade e socialização do material	Foi destacado que o formato digital facilita o acesso e a disseminação do guia entre servidores e estudantes.
Limitações relacionadas ao acesso digital	Entre os pontos fracos mencionados aparece a dependência de internet ou dispositivos digitais, o que pode limitar o acesso em determinados contextos.
Extensão do material	Alguns participantes observaram que o guia é relativamente extenso, o que pode exigir maior tempo de leitura.
Aspectos visuais e formatação	Foram apontadas sugestões pontuais de melhoria, como ampliação do tamanho de algumas imagens, esquemas ou fontes em determinadas partes do material.

Fonte: Autoria própria.

As respostas evidenciam predominância de percepções positivas acerca do produto educacional. Entre os principais pontos fortes destacam-se a interatividade do material, a clareza da linguagem, a organização do conteúdo e a aplicabilidade do guia no contexto da gestão patrimonial institucional. Os participantes também ressaltaram o potencial do material para apoiar ações formativas e fortalecer a cultura institucional de responsabilidade na gestão dos bens públicos.

Entre as limitações apontadas aparecem principalmente aspectos relacionados ao formato digital do produto, como a dependência de acesso à internet ou dispositivos eletrônicos, bem como observações sobre a extensão do material e sugestões pontuais de melhoria na apresentação visual de alguns elementos.

Ainda assim, essas observações foram pontuais e, em grande parte, apresentadas como sugestões de aprimoramento. Ressalta-se que tais contribuições não serão desconsideradas, sendo analisadas e incorporadas, sempre que possível, em futuras revisões e aperfeiçoamentos do produto educacional.

3.3 O que poderia ser melhorado no produto?

Esta pergunta teve como objetivo identificar, a partir das percepções dos participantes, sugestões de aprimoramento do produto educacional, considerando aspectos relacionados ao conteúdo, à organização, à acessibilidade e à aplicabilidade do material no contexto institucional. Buscou-se compreender quais elementos podem ser ajustados ou ampliados, de modo a qualificar ainda mais o uso do guia como recurso formativo e de orientação.

As sugestões apresentadas pelos participantes apontam diferentes possibilidades de aprimoramento do produto educacional. Parte dos respondentes indicou a necessidade de ampliar os recursos interativos do guia, sugerindo a inclusão de quizzes, vídeos ou atividades práticas que possam aumentar o engajamento dos usuários e favorecer a compreensão do conteúdo. Também foram mencionadas sugestões relacionadas à inclusão de exemplos práticos ou estudos de caso do cotidiano institucional, com vistas a tornar as orientações ainda mais aplicáveis à realidade da gestão patrimonial.

Alguns participantes destacaram aspectos relacionados à organização e à extensão do material, sugerindo maior síntese em determinados trechos e a apresentação de informações mais diretas e operacionais. Nesse sentido, também foram apontadas recomendações de melhoria na navegação do guia, com menus ou botões mais claros que auxiliem o usuário na localização das informações.

Outras contribuições referem-se a aspectos de acessibilidade e inclusão, como a possibilidade de incorporar audiodescrição em imagens e a adoção de princípios do

Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Foram registradas, ainda, sugestões pontuais relacionadas a aspectos gráficos e técnicos, como ajustes no tamanho de algumas fontes, melhoria na visualização de fluxogramas e eventual padronização de representações de processos.

Adicionalmente, alguns participantes sugeriram a inclusão de conceitos relacionados à EPT e à gestão patrimonial, bem como a criação de um glossário com termos específicos do campo do inventário patrimonial. Parte dos respondentes indicou não possuir sugestões adicionais de melhoria.

Ressalta-se que as contribuições apresentadas pelos participantes serão consideradas no processo de aperfeiçoamento do produto educacional e, sempre que possível, incorporadas ao material, de modo a torná-lo mais acessível, funcional e alinhado às necessidades institucionais relacionadas à gestão patrimonial.

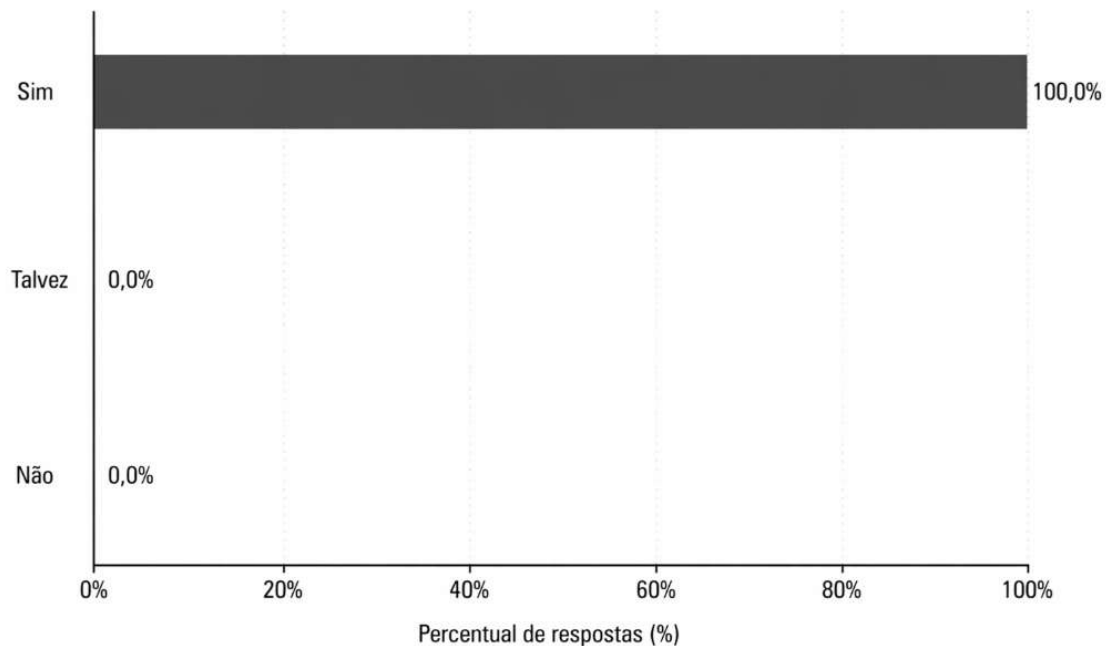
5.5.4 Avaliação Geral

A quarta e última seção do instrumento de avaliação teve como objetivo identificar a percepção global dos participantes acerca do produto educacional desenvolvido. Diferentemente das seções anteriores, que analisaram aspectos específicos do conteúdo, da estrutura e da aplicabilidade do material, esta etapa buscou reunir uma avaliação sintética do guia após sua leitura e análise pelos participantes.

4.1 Você recomendaria a utilização deste produto a outros servidores, estudantes ou comissões?

Esta questão teve como objetivo avaliar o nível de aceitação do produto educacional pelos participantes, considerando sua disposição em recomendá-lo a outros usuários no contexto institucional. Buscou-se compreender em que medida o guia é percebido como um material confiável, útil e aplicável a diferentes públicos, especialmente no que se refere à sua inserção em práticas administrativas e formativas.

Além disso, procurou-se identificar se o produto é reconhecido como um recurso capaz de apoiar a disseminação de orientações relacionadas à gestão patrimonial, contribuindo para a qualificação das práticas educativas. Nesse sentido, a Figura 16 apresenta a distribuição das respostas obtidas pelos participantes, permitindo observar o nível de recomendação do material entre os respondentes.

Figura16 – Recomendação do produto educacional pelos participantes

Fonte: Autoria própria.

Os resultados indicam unanimidade na recomendação do produto educacional pelos participantes da pesquisa. Conforme observado no gráfico, 100% dos respondentes indicaram que recomendariam a utilização do material a outros servidores, estudantes ou comissões institucionais, evidenciando um elevado nível de aceitação e confiança no conteúdo apresentado. Esse dado também sugere que o guia atende às demandas institucionais relacionadas à compreensão e à operacionalização do inventário patrimonial, sendo reconhecido como um recurso pertinente para diferentes perfis de usuários.

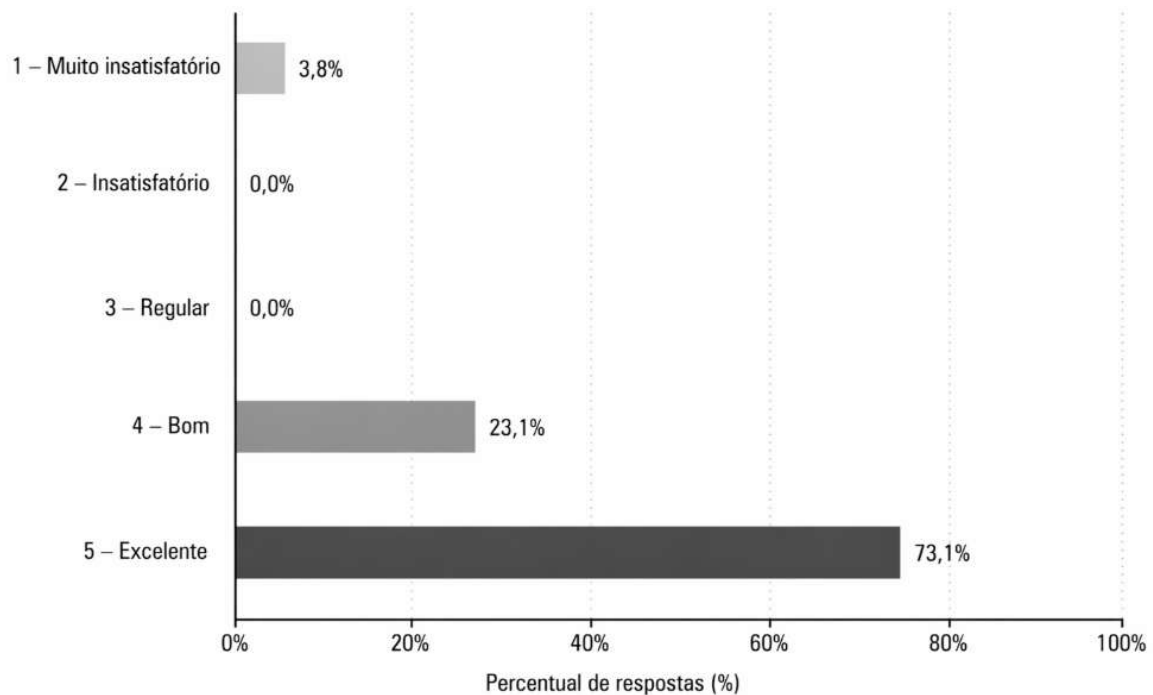
Esse resultado evidencia que o guia foi percebido como um material relevante e útil para o contexto institucional, apresentando potencial para apoiar processos formativos, orientações administrativas e ações voltadas ao fortalecimento das práticas de gestão patrimonial. Além disso, indica que o produto pode contribuir para a padronização de procedimentos e para a ampliação do conhecimento institucional sobre o tema, favorecendo maior segurança na atuação dos servidores e maior consistência nos processos relacionados ao patrimônio público.

A recomendação integral do produto também reforça a percepção positiva observada nas seções anteriores do instrumento de avaliação, nas quais foram destacados aspectos como clareza das informações, organização do conteúdo e aplicabilidade prática do material. De forma complementar, esse resultado sinaliza que o guia apresenta potencial de disseminação institucional, podendo ser incorporado a ações formativas e estratégias de sensibilização voltadas à consolidação de uma cultura organizacional orientada ao cuidado com os bens públicos e à melhoria contínua da gestão patrimonial.

4.2 Considerando o produto como um todo, qual sua avaliação geral?

Esta questão teve como objetivo identificar a avaliação geral dos participantes em relação ao produto educacional, considerando sua percepção global sobre o material. Buscou-se compreender o nível de satisfação dos respondentes, a partir de uma apreciação síntese que engloba os diferentes aspectos analisados ao longo do instrumento de avaliação. Nesse sentido, a Figura 17 apresenta a distribuição das respostas obtidas pelos participantes.

Figura 17 – Avaliação geral do produto educacional



Fonte: Autoria própria.

Em relação à avaliação geral do produto educacional, os resultados demonstram elevado grau de satisfação entre os participantes. Entre os respondentes, 19 pessoas classificaram o material como “excelente”, enquanto 6 participantes o avaliaram como “bom”. Observa-se ainda um registro de avaliação “muito insatisfatória”, correspondente a um único participante. Mesmo considerando esse apontamento isolado, o conjunto das respostas evidencia uma avaliação amplamente positiva do produto educacional.

Os resultados indicam que o produto educacional foi bem recebido pelos avaliadores, sendo reconhecido como um material relevante para apoiar a compreensão dos procedimentos relacionados ao inventário patrimonial e à gestão responsável dos bens públicos. De modo geral, a análise das respostas indica que o guia atingiu os objetivos propostos, sendo percebido como um material claro, útil e aplicável ao contexto institucional, com linguagem adequada a diferentes públicos.

Essa avaliação geral dialoga diretamente com os resultados apresentados nas seções anteriores, nas quais foram evidenciados aspectos como clareza das informações, organização do conteúdo, aplicabilidade prática e adequação da linguagem. Destaca-se, nesse conjunto, o reconhecimento do caráter formativo do produto, bem como sua capacidade de articular o inventário patrimonial aos princípios da EPT, contribuindo para uma compreensão ampliada de sua função no contexto educacional.

Além disso, os resultados evidenciam o potencial do guia para fortalecer uma cultura institucional de cuidado com o patrimônio público, pautada na corresponsabilidade entre os diferentes sujeitos envolvidos. Essa dimensão formativa e cultural reforça o papel do produto não apenas como material informativo, mas como recurso de sensibilização e orientação para práticas institucionais mais conscientes e integradas.

5.6 Aperfeiçoamentos do Produto Educacional

A avaliação qualitativa apresentada na seção 5.5.3 evidenciou que, para além da avaliação estruturada, os participantes contribuíram com percepções mais amplas sobre o produto educacional, indicando tanto seus pontos fortes quanto possibilidades de aprimoramento. A partir dessas contribuições, especialmente das respostas à questão 3.3 (O que poderia ser melhorado no produto?), foi possível identificar sugestões recorrentes relacionadas à interatividade, à organização do conteúdo e à

aplicabilidade prática do material, evidenciando aspectos que poderiam ser aperfeiçoados sem a necessidade de alterações estruturais mais amplas.

De modo geral, os apontamentos indicaram a necessidade de ajustes no produto, especialmente no que se refere à ampliação de recursos interativos, à melhoria do leiaute e à adequação de elementos visuais. Também foram mencionadas sugestões relacionadas à clareza de navegação e à organização de determinados trechos, sinalizando oportunidades de tornar o material ainda mais acessível, funcional e alinhado às demandas do público-alvo no contexto institucional em que o produto está inserido.

Considerando essas contribuições, foram realizados ajustes pontuais no produto educacional, com destaque para a ampliação de recursos interativos, a reorganização do leiaute e a adequação do tamanho de algumas fontes que apresentavam limitações de leitura. Esses ajustes, ainda que não alterem a estrutura geral do material, contribuíram para melhorar sua usabilidade e tornar o conteúdo mais acessível aos usuários. Além disso, por se tratar de um produto digital, o material apresenta potencial de atualização contínua, podendo ser revisado e aprimorado conforme novas demandas institucionais sejam identificadas, o que amplia sua aplicabilidade e mantém sua aderência às necessidades do contexto em que está inserido.

Dessa forma, o processo de avaliação qualitativa não se limitou à validação do produto, mas também possibilitou identificar e incorporar melhorias específicas, reforçando seu caráter formativo e sua potencial contribuição para a organização e a compreensão dos processos de inventário patrimonial no contexto institucional.

A seguir, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, nas quais se discutem as principais contribuições do estudo, suas implicações, limitações e as possibilidades de aprimoramento identificadas ao longo da investigação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo compreender o inventário patrimonial no contexto do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), analisando-o para além de sua dimensão técnico-administrativa e evidenciando suas implicações institucionais, organizacionais e educacionais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ao longo da investigação, buscou-se problematizar a forma como o inventário é percebido, executado e apropriado pelos diferentes atores institucionais, bem como propor uma intervenção formativa capaz de contribuir para a qualificação dessas ações.

Os resultados obtidos indicaram que o inventário patrimonial, embora formalmente regulamentado e institucionalizado, ainda é frequentemente compreendido como uma exigência burocrática, desvinculada de seu potencial estratégico. A análise documental, em caráter descritivo, evidenciou a existência de um arcabouço normativo consistente, composto por portarias, relatórios, manuais e sistemas institucionais que orientam a gestão patrimonial no IFMG. No entanto, também revelou que a formalização normativa, por si só, não garante a efetividade das ações, sendo necessário considerar as condições concretas de execução, a organização institucional e a cultura administrativa.

Nesse sentido, a análise das entrevistas permitiu aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas institucionais que atravessam o inventário patrimonial. As categorias analíticas evidenciaram que a efetividade desse processo depende de múltiplos fatores, como a estrutura organizacional, a clareza na definição de responsabilidades, a corresponsabilidade entre os sujeitos, a disponibilidade de recursos humanos e a padronização de procedimentos. Além disso, foram identificadas limitações operacionais e desigualdades institucionais entre os campi, que impactam diretamente a qualidade e a regularidade dos inventários realizados.

Por outro lado, os dados também demonstraram que, quando compreendido e apropriado de forma ampliada, o inventário patrimonial assume papel estratégico na gestão institucional. Ao produzir informações qualificadas sobre os bens públicos, subsidia o planejamento, a tomada de decisão e a alocação de recursos, contribuindo para a racionalização do gasto público e para a melhoria das condições materiais de

oferta da educação. Nessa perspectiva, deixa de ser apenas um procedimento de controle e passa a ser reconhecido como instrumento de gestão e de governança.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se à dimensão formativa da gestão patrimonial. Ao envolver diferentes sujeitos institucionais — servidores, estudantes, gestores e comissões — o inventário pode assumir caráter educativo, contribuindo para a construção de uma cultura organizacional baseada na responsabilidade compartilhada e no cuidado com o patrimônio público. Essa dimensão é particularmente significativa no contexto da EPT, na medida em que a gestão dos recursos materiais se articula diretamente às condições concretas de realização do processo educativo e à formação humana integral.

Nesse horizonte, os princípios da EPT, como a formação humana integral, a emancipação e a articulação entre ensino, trabalho, ciência e tecnologia, permitem compreender o inventário patrimonial para além de sua dimensão operacional. Quando integrado ao cotidiano institucional, esse processo passa a contribuir para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na gestão pública, fortalecendo práticas orientadas à responsabilidade coletiva e ao uso qualificado dos recursos institucionais.

É nesse cenário que se insere o produto educacional desenvolvido nesta pesquisa. O guia digital interativo foi concebido como estratégia de mediação entre os normativos institucionais e as práticas cotidianas, buscando suprir lacunas formativas identificadas ao longo da investigação. Ao articular fundamentação teórica, base normativa e orientações práticas em linguagem acessível e com recursos interativos, o produto contribui para a qualificação da compreensão institucional acerca do inventário patrimonial e para o fortalecimento de práticas mais organizadas, conscientes e integradas.

Para além de um recurso informativo, o guia apresenta potencial de uso concreto no contexto institucional, podendo ser incorporado como instrumento de apoio à comunicação e à organização dos processos de inventário patrimonial anual. Sua disponibilização em ambientes institucionais, como o sítio eletrônico do IFMG ou plataformas internas de gestão, permite ampliar seu alcance e favorecer o acesso contínuo por servidores e demais sujeitos envolvidos. Nesse sentido, pode atuar como

referência inicial para a orientação das atividades inventariantes, contribuindo para a padronização de procedimentos e para o fortalecimento de uma cultura institucional mais alinhada à corresponsabilidade e à gestão eficiente dos bens públicos.

A validação do produto junto aos participantes da pesquisa reforçou sua pertinência e aplicabilidade. A avaliação positiva quanto à clareza, organização e utilidade do material, bem como a expressiva recomendação de seu uso, indicam que o guia apresenta potencial para apoiar processos formativos e administrativos no IFMG. Esses resultados evidenciam que a proposta não apenas responde ao problema investigado, mas também se configura como uma contribuição concreta para a realidade institucional.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui ao ampliar a compreensão do inventário patrimonial no campo da EPT, deslocando-o de uma abordagem estritamente técnica para uma perspectiva que o reconhece como prática institucional complexa, atravessada por dimensões organizacionais, informacionais e formativas. Ao estabelecer essa articulação, o estudo reforça a necessidade de integrar a gestão patrimonial ao debate sobre as condições materiais da educação e sobre a efetivação do direito à formação pública de qualidade.

No entanto, é importante reconhecer que a pesquisa apresenta limitações. O estudo foi realizado em um recorte institucional específico, delimitado a apenas alguns campi do IFMG, o que pode restringir a generalização dos resultados para outros contextos. Além disso, a avaliação do produto educacional ocorreu em momento inicial de aplicação, não permitindo ainda mensurar seus impactos em longo prazo sobre as práticas institucionais.

Como desdobramento, sugere-se a realização de estudos que acompanhem a implementação do produto educacional ao longo do tempo, analisando seus efeitos na organização dos procedimentos de inventário e na consolidação de uma cultura patrimonial institucional. Também se recomenda a ampliação da investigação para outras instituições da Rede Federal, possibilitando comparações e a identificação de padrões e especificidades na gestão patrimonial.

Este estudo evidencia que o inventário patrimonial, quando compreendido em sua complexidade, ultrapassa a dimensão burocrática e se configura como prática estratégica para a gestão pública e para a EPT. Ao articular diagnóstico institucional, fundamentação teórica e proposição aplicada, contribui para o fortalecimento das ações de gestão patrimonial no IFMG e para a qualificação das condições materiais que sustentam o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, evidencia-se que a gestão dos bens públicos não é periférica, mas constitutiva do projeto educativo, sendo parte indissociável da construção de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rogério; ANJOS, Luciana. *Eficiência na administração pública*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ANTUNES, Ricardo L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).

ARAÚJO, L. *Gestão de patrimônio em instituições de ensino: desafios e oportunidades*. São Paulo: Editora Educacional, 2017.

BARBOSA, José Roberto dos Santos. *Gestão patrimonial de bens móveis na administração pública: um estudo de caso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB*. Monografia, 80 fls. (Bacharelado em Administração) – Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira – BA, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 02 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999*. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. *Portaria do IFMG nº 211, de 23 de fevereiro de 2023*. Dispõe sobre a alteração da Portaria 08/2022. Belo Horizonte: Instituto Federal de Minas Gerais, 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 set. 2002.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 28. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Princípios do direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2015.

CASTRO, Cloves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. *Educação tecnológica no Brasil: a geopolítica e a geografia política do processo histórico*. Revista Metodologias e Aprendizado, v. 6, 2023. DOI: 10.21166/metapre.v6i.3983.

CHEROBIN, Paulo Roberto et al. *Gestão patrimonial pública: conceitos, práticas e desafios*. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos e desafios*. Brasília: MEC, 2021.

FERNANDES, Ana Paula. *Gestão patrimonial: uma abordagem aplicada à administração pública*. Salvador: Edufba, 2019.

FIJOR, Guilherme. *Gestão de patrimônio público*. São Paulo: Saraiva, 2014.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, Paulo Sergio. *Administração de materiais*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais. *Portaria nº 652, de 14 de março de 2024*. Dispõe sobre a gestão de bens móveis no âmbito do IFMG. Belo Horizonte, 2024.

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ribeirão das Neves. *Portaria nº 3107/IFMG, de 26 de maio de 2025*. Dispõe sobre a lista de materiais permanentes enquadrados como Relação-Carga. Ribeirão das Neves, 2025.

LANA, Andréa Cristina da Silveira. *Desfazimento de bens móveis e eletrônicos no Instituto Federal de Minas Gerais: diagnóstico e contribuições*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, Ouro Branco, 2023.

LIMA, M. *Planejamento estratégico na educação profissional e tecnológica: um guia prático*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 2015.

- LOPES, Vera; VICENTE, Carlos. *Administração de materiais*. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARTINS, Petronio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de materiais e recursos patrimoniais*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MATIAS, Anderson Cortez. *Gestão patrimonial: contribuição para o controle de bens móveis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- MINTZBERG, Henry. *Ascensão e queda do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- MOLL, Jaqueline et al. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MOURA, Dante Henrique. *Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas*. Natal: IFRN, 2016.
- NASCIMENTO, José Mateus do; SANTOS, Renato Marinho Brandão. *História e políticas da educação profissional no Brasil*. Natal: IFRN, 2022.
- PACHECO, Eliezer. *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais*. Natal: IFRN, 2015.
- PACHECO, Eliezer Moreira. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC, 2018.
- PACHECO, Eliezer. *Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio*. São Paulo: Moderna, 2012.
- PALUDO, Augustinho. *Administração pública*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PEREIRA, Jaqueline Cássia da Rocha. *Gestão do patrimônio público escolar: estudo de caso no IFMG – Campus Ouro Branco*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, Ouro Branco, 2023.
- SANTANA, Edildéa Guimarães de et al. (org.). *Educação profissional na prática: compartilhando experiências*. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 5-27, 2007.

SCHMITT, Marcos. *O princípio da eficiência e o controle judicial dos atos administrativos*. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br>. Acesso em: 04 set. 2024.

SILVA, J. *Legislação e gestão educacional: conformidade e desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVA, José Antônio da. *Manual de gestão patrimonial*. Rio de Janeiro: IBAM, 2011.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Inventário Patrimonial e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica”**, conduzida por Leonardo Junio Ferreira, **mestrando** do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, sob **orientação** do Prof. Dr. Ângelo Magno de Jesus.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender de que forma o processo de inventário patrimonial no IFMG pode contribuir para o desenvolvimento e a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Esta pesquisa se justifica por ser uma oportunidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios e potencialidades da gestão patrimonial no IFMG, contribuindo com uma proposta prática de intervenção institucional. A partir da análise das falas dos gestores envolvidos no processo de inventário, pretende-se construir um guia digital interativo que possa subsidiar ações de padronização, capacitação e melhoria da infraestrutura escolar, fortalecendo a relação entre os processos administrativos e a promoção de uma Educação Profissional e Tecnológica crítica, emancipadora e comprometida com a formação humana integral.

Sua participação consistirá na realização de uma entrevista semiestruturada, conduzida de forma individual, com duração aproximada de 30 a 60 minutos. As perguntas abordarão percepções, práticas, desafios e sugestões relacionadas ao processo de inventário patrimonial no campus. A entrevista será gravada em áudio, mediante sua autorização, exclusivamente para fins de transcrição e análise qualitativa dos dados. Nenhuma informação que possa identificá-lo(a) será divulgada, e o material gravado será utilizado apenas pelo pesquisador e seu orientador.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Estima-se que esta pesquisa traga benefícios aos participantes ao permitir que reflitam sobre os processos de gestão patrimonial do IFMG e sobre a importância da organização dos bens permanentes para a qualidade da infraestrutura e do ensino. A

participação na entrevista poderá favorecer um momento de análise crítica sobre práticas institucionais relacionadas ao inventário patrimonial, ampliando a percepção dos servidores sobre o seu papel na consolidação de uma cultura de corresponsabilidade sobre os bens públicos.

Os resultados da pesquisa, bem como o produto educacional desenvolvido — um guia digital interativo —, serão disponibilizados aos participantes e à comunidade institucional, de forma acessível, com o intuito de apoiar ações de capacitação, padronização e melhoria contínua dos processos.

RISCOS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Apesar dos riscos serem mínimos, é importante considerar que, durante a entrevista, algumas perguntas podem gerar desconforto emocional ou cansaço. Caso isso ocorra, o(a) participante poderá solicitar pausa, optar por não responder a determinadas perguntas ou encerrar sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

A linguagem utilizada durante a entrevista será neutra, objetiva e respeitosa, evitando termos que possam causar constrangimento, julgamento ou exposição. A gravação de áudio será utilizada somente para transcrição e análise dos dados, sendo excluída definitivamente após a conclusão da pesquisa.

As transcrições serão tratadas de forma anônima e agregada, sem qualquer tentativa de reidentificação dos participantes. O direito de desistência ou recusa à participação é garantido, sem que isso acarrete qualquer penalidade ou prejuízo.

ARMAZENAMENTO DE DADOS

As gravações e transcrições das entrevistas serão armazenadas em arquivos digitais protegidos por senha, em um HD externo seguro, pelo período mínimo de cinco anos, conforme disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/12 e nº 510/16.

Após esse período, todo o material será devidamente descartado. Durante o prazo de armazenamento, apenas o pesquisador e seu orientador terão acesso às informações, garantindo a confidencialidade e a segurança dos dados coletados.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você poderá esclarecer quaisquer dúvidas sobre a pesquisa a qualquer momento com o pesquisador responsável. A sua participação é voluntária, e você poderá recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento, sem justificativa e sem qualquer penalidade.

As falas serão tratadas de forma confidencial, analisadas de modo coletivo e sem vínculo individual. Nenhuma informação que possa identificá-lo(a) será divulgada em publicações, relatórios ou produtos decorrentes desta pesquisa. Uma via deste Termo será arquivada pelo pesquisador e outra será disponibilizada a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

A sua participação neste estudo não acarretará qualquer custo financeiro e não haverá compensação monetária. Caso ocorra algum dano comprovadamente relacionado à sua participação na pesquisa, você terá o direito de buscar reparação por meio das vias legais, conforme previsto na legislação brasileira e nas normas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE

Eu, _____, fui informado(a) de forma clara e detalhada sobre os objetivos da pesquisa acima e tive a oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas. Sei que poderei, a qualquer momento, solicitar novas informações relacionadas à pesquisa. O pesquisador Leonardo Junio Ferreira compromete-se a garantir o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Também fui informado(a) de que esta pesquisa não acarretará quaisquer custos financeiros para os participantes.

Em caso de dúvidas exclusivamente relacionadas ao projeto, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável pelos seguintes meios:

E-mail: leonardo.ferreira@ifmg.edu.br

Telefone: (31) 98893-6822

Endereço: R. Vera Lúcia de Oliveira Andrade, 800 – Vila Esplanada, Ribeirão das Neves – MG, CEP 33805-488

Para esclarecimentos adicionais sobre os aspectos éticos da pesquisa, poderei também contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG pelo e-mail: cepe@ifmg.edu.br ou telefone: (31) 2513-5249.

Esta pesquisa envolve gravação de voz, exclusivamente para fins de registro e transcrição das entrevistas. As gravações não serão divulgadas e serão eliminadas após a conclusão das análises.

() Autorizo a gravação de voz durante a entrevista.

() Não autorizo a gravação de voz, ciente de que isso não prejudicará minha participação.

Declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Ribeirão das Neves, _____ de _____ de 2025.

Em caso de dúvida, incômodo ou reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG, que tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

APÊNDICE B – DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS (LINK DE ACESSO)

Os documentos institucionais utilizados na análise documental, em caráter descritivo, desta pesquisa, encontram-se organizados em repositório digital, estruturado pelo autor com o objetivo de reunir as fontes analisadas de forma sistematizada e acessível.

O repositório contempla portarias, relatórios institucionais, manuais técnicos, documentos administrativos e demais registros utilizados ao longo da investigação, incluindo aqueles apresentados no Quadro 3, bem como outros documentos mobilizados na análise e na construção das interpretações desenvolvidas nesta dissertação.

Link de acesso ao repositório digital:

https://drive.google.com/drive/folders/15GR9pNqQXvrN23c2uXCwspYktTCuk1Lb?usp=drive_link

O acesso ao repositório foi configurado para consulta pública, garantindo transparência e possibilidade de verificação dos documentos analisados, em consonância com os princípios de rigor metodológico e reprodutibilidade da pesquisa. Caso o link não seja aberto diretamente, recomenda-se que o interessado copie e cole o endereço na barra do navegador (URL), a fim de viabilizar o acesso ao conteúdo disponibilizado.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Tempo médio de duração: 30 a 40 minutos

Formato: Entrevistas realizadas por videoconferência, conforme disponibilidade dos participantes.

Participantes: Servidores e gestores do IFMG que atuaram ou atuam diretamente nas atividades de gestão patrimonial.

Apresentação

Esta entrevista integrou a pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do **Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFMG)**, vinculada à linha de pesquisa **Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**.

O objetivo central da pesquisa consistiu em compreender **de que forma o processo de inventário patrimonial no IFMG contribuiu para o desenvolvimento e a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica**, bem como para a consolidação de uma cultura institucional de corresponsabilidade e transparência.

As entrevistas foram realizadas após a assinatura do **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assegurando o sigilo das informações e o anonimato dos participantes, conforme as normas da **Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde**. As respostas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise, mediante autorização prévia dos participantes.

Roteiro de Entrevista

1. Perfil Institucional e Trajetória Profissional

1.1. Poderia relatar brevemente sua trajetória profissional e o tempo de atuação no IFMG?

1.2. Em que setor desempenha (ou desempenhou) atividades relacionadas à gestão patrimonial?

1.3. Como descreve sua experiência e envolvimento com o processo de inventário patrimonial?

2. Práticas e Desafios na Gestão Patrimonial

2.1. Como o processo de inventário patrimonial foi organizado no campus em que o(a) senhor(a) atua(ou)?

2.2. Quais etapas considerou mais desafiadoras durante a realização do inventário?

2.3. Houve participação de diferentes setores e servidores nesse processo? Como se deu essa integração?

2.4. Na sua percepção, a gestão patrimonial tem sido tratada como prioridade pela administração local? Por quê?

2.5. Quais principais dificuldades técnicas, operacionais ou estruturais foram observadas?

3. Dimensão Formativa e Relação com a EPT

3.1. De que forma o processo de inventário patrimonial contribuiu (ou poderia contribuir) para a melhoria das práticas pedagógicas e administrativas do campus?

3.2. Considera que a gestão patrimonial pode ser compreendida como uma prática educativa e formativa, vinculada aos princípios da EPT? Poderia exemplificar?

3.3. Como o inventário patrimonial pode fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão?

4. Cultura Institucional e Corresponsabilidade

4.1. Como avalia o nível de conscientização e corresponsabilidade dos servidores quanto ao uso e conservação dos bens públicos?

4.2. Quais ações de sensibilização ou formação foram realizadas durante o inventário?

4.3. Quais estratégias poderiam ser adotadas para fortalecer a cultura de gestão patrimonial no IFMG?

5. Propostas de Melhoria e Expectativas

5.1. Que sugestões o(a) senhor(a) apresentaria para aperfeiçoar o processo de inventário e o controle patrimonial na instituição?

5.2. Quais expectativas possui em relação ao Guia Digital Interativo sobre Inventário Patrimonial desenvolvido como produto educacional desta pesquisa?

5.3. Como esse guia poderia contribuir para a formação continuada dos servidores e para a melhoria da gestão institucional?

APÊNDICE D – PRODUTO EDUCACIONAL (LINK DE ACESSO)

O produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa, intitulado *Inventário Patrimonial: orientações, sentidos e responsabilidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica*, encontra-se disponibilizado em formato digital interativo, conforme a proposta metodológica adotada no mestrado profissional.

O guia foi concebido como recurso formativo voltado à qualificação das práticas institucionais relacionadas à gestão patrimonial no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), articulando fundamentos normativos, explicações conceituais e orientações práticas. Sua estrutura contempla conteúdos organizados de forma modular, integrando recursos interativos — como esquemas explicativos, vídeos, quizzes e links para aprofundamento —, de modo a favorecer a compreensão e a aplicabilidade no cotidiano institucional.

O material apresenta navegação não linear e acessibilidade multiplataforma, podendo ser utilizado em diferentes contextos formativos, como ações de capacitação, reuniões institucionais, atividades pedagógicas e processos de ambientação de servidores e estudantes. Além disso, sua natureza digital permite atualização contínua, garantindo aderência às mudanças normativas e às necessidades institucionais.

Link de acesso ao produto educacional:

<https://criaprodutos.my.canva.site/produto-educacional-guia-digital-interativo>

O acesso ao produto foi configurado para consulta pública. Caso o link não seja aberto diretamente, recomenda-se que o interessado copie e cole o endereço na barra do navegador (URL), a fim de viabilizar o acesso ao conteúdo disponibilizado.

APÊNDICE E – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Esta ficha integra o processo de avaliação e validação do Produto Educacional “Inventário Patrimonial: orientações, sentidos e responsabilidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica – Guia Digital Interativo”, desenvolvido por Leonardo Junio Ferreira no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMG), sob orientação do Prof. Dr. Ângelo Magno de Jesus.

O objetivo deste instrumento é avaliar a clareza, relevância, aplicabilidade, organização didática e potencial formativo do produto no contexto institucional do IFMG.

Sua participação é voluntária. As respostas são anônimas e não serão solicitadas informações que permitam identificação pessoal. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica e as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (quando aplicável).

Ao prosseguir com o preenchimento, você declara estar ciente dos objetivos da avaliação e concorda em participar de forma livre e esclarecida.

1. AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO E ESTRUTURA

1.1 O produto é claro e de fácil compreensão?

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

1.2 O conteúdo é relevante para o contexto institucional do IFMG?

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

1.3 O guia articula inventário patrimonial e Educação Profissional e Tecnológica de forma coerente?

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

1.4 A organização das seções facilita a leitura e navegação?

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

1.5 O conteúdo contribui para a aplicação prática no cotidiano institucional?

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

1.6 A linguagem é adequada aos diferentes públicos (servidores e estudantes)?

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

2. APLICABILIDADE E IMPACTO

2.1 O produto pode ser utilizado em ações formativas, reuniões ou orientações institucionais?

- () 1 – Discordo totalmente
- () 2 – Discordo parcialmente
- () 3 – Nem concordo nem discordo
- () 4 – Concordo parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

2.2 O guia pode contribuir para fortalecer a cultura de cuidado com o patrimônio público no IFMG?

- () 1 – Discordo totalmente
- () 2 – Discordo parcialmente
- () 3 – Nem concordo nem discordo
- () 4 – Concordo parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

2.3 O produto apresenta potencial de replicação em outros campi ou instituições?

- () 1 – Discordo totalmente
- () 2 – Discordo parcialmente
- () 3 – Nem concordo nem discordo
- () 4 – Concordo parcialmente
- () 5 – Concordo totalmente

3. AVALIAÇÃO QUALITATIVA

3.1 Indique três palavras que melhor definem este produto educacional:

3.2 Em sua opinião, quais são os principais pontos fortes e fracos do produto?

3.3 O que poderia ser melhorado no produto?

(Se possível, indique sugestões objetivas.)

Resposta aberta.

4. AVALIAÇÃO GERAL

4.1 Você recomendaria a utilização deste produto a outros servidores, estudantes ou comissões?

- Sim
- Talvez
- Não

4.2 Considerando o produto como um todo, qual sua avaliação geral?

- 1 – Muito insatisfatório
- 2 – Insatisfatório
- 3 – Regular
- 4 – Bom
- 5 – Excelente

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS (LINK DE ACESSO)

As transcrições das entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa encontram-se disponibilizadas em formato digital, conforme a estratégia metodológica adotada para organização e apresentação dos dados empíricos.

As entrevistas foram conduzidas com servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), vinculados direta ou indiretamente à gestão patrimonial, contemplando diferentes níveis de atuação institucional. O material foi transcrito, revisado e organizado em blocos temáticos, em consonância com o roteiro de entrevista, preservando-se a coerência, a fluidez textual e os sentidos expressos pelos participantes.

Com o objetivo de garantir a ética na pesquisa, todas as transcrições foram devidamente anonimizadas, sendo os participantes identificados por códigos (P1, P2, P3, P4 e P5), de modo a assegurar o sigilo das informações e a confidencialidade dos dados, conforme estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A disponibilização das transcrições em ambiente digital visa facilitar o acesso ao material empírico, mantendo a integridade dos dados e permitindo maior transparência na condução da pesquisa, sem comprometer a organização textual da dissertação.

Link de acesso às transcrições das entrevistas:

<https://drive.google.com/drive/folders/17RCjJxwYpr6sX7ldarXlArLcn3tFGfY3?usp=sharing>

O acesso ao material foi configurado para consulta. Caso o link não seja aberto diretamente, recomenda-se que o interessado copie e cole o endereço na barra do navegador (URL), a fim de viabilizar o acesso ao conteúdo disponibilizado.